



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

RENATA COSTA DE BARROS

FORMAÇÃO TERRITORIAL E LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO
FLORESTAN FERNANDES - PILÕES/PB

Guarabira – PB
2017

RENATA COSTA DE BARROS

**FORMAÇÃO TERRITORIAL E LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO
FLORESTAN FERNANDES - PILÕES/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora, no curso de Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Geografia.

Área de concentração: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Co-orientadora: Prof.^a Ms. Ana Carla dos Santos Marques

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B277f Barros, Renata Costa de.
Formação territorial e luta pela terra no assentamento
Florestan Fernandes - Pilões/PB [manuscrito] : / Renata Costa
de Barros. - 2017.
57 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto,
Departamento de Geografia - CH."

"Coorientação: Profa. Ma. Ana Carla dos Santos Marques,
Departamento de Geografia - CH."

1. Territorialização. 2. Assentamento. 3. Trabalho 4. Camponês.

21. ed. CDD 333.31

RENATA COSTA DE BARROS

**FORMAÇÃO TERRITORIAL E LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO
FLORESTAN FERNANDES - PILÕES/PB**

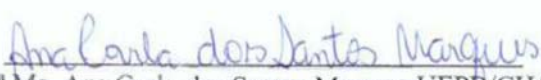
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora, no curso de Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Geografia

Aprovada em 28/11/17.

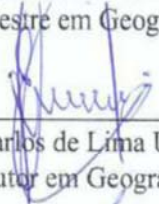
Banca Examinadora



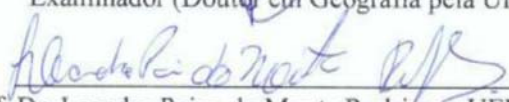
Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto UEPB/CH/DG
Orientador (Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)



Prof.ª Ms. Ana Carla dos Santos Marques UEPB/CH/DG
Co-orientadora (Mestre em Geografia pela UFRN)



Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima UEPB/CEDUC/DG
Examinador (Doutor em Geografia pela UFPE)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues UEPB/CH/DG
Examinador (Doutor em Geografia pela UFRN)

Guarabira – PB
2017

A *Deus*, que é a base da minha vida, em quem deposito confiança e encontro refúgio! Ao meu pai Severino Benevenuto de Barros, por todo esforço realizado no decorrer de meus estudos e a minha mãe Rozinete Costa de Barros, pela representação de perseverança que sempre me motivou a enfrentar as adversidades da vida, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu coragem e dedicação para seguir firme em meus estudos e em meus sonhos, por ter me dado força para vencer dificuldades, medos, e por ter me ensinado que cada segundo que se vive é uma prova de que Ele está me dando uma oportunidade a mais para alcançar meus objetivos.

Agradeço infinitamente aos meus pais, estes que me formaram, antes de mais nada, em caráter e humildade, que me proporcionaram à vida, os ensinamentos e a formação que não puderam ter, estes que mais do que ninguém, se orgulham dos resultados que estou apresentando. Ao meu pai, Severino Benevenuto de Barros, agradeço pela coragem que sempre demonstrou como pai, por tudo que fez pela continuidade de meus estudos, pela valentia que me tornou melhor como filha, como pessoa, e ser humano, e pelo exemplo de honestidade que sempre representou para nossa família. À minha mãe, Rozinete Costa de Barros, agradeço pela sua ternura e bondade de mãe e mulher, que me serve de reflexo e exemplo de vida, pois com sua humildade, aprendi que somos todos iguais aos olhos de Deus, e que o respeito deve ser direcionado a todos, sem distinção. Para vocês, meu reconhecimento.

Às minhas irmãs, Rosângela Costa de Barros, por ter sido exemplo de dedicação e esforço em minha vida, há quem segui os passos quando decidi estudar e entrar na universidade. À esta, quero só dar orgulho. E, agradeço também, à Rayane Costa de Barros, por me ajudar direta ou indiretamente com atitudes pequenas, mas de enorme importância. À esta, quero ser exemplo nos estudos e na vida.

Ao meu sobrinho, Luís Rennan Barros de Mendonça, por fazer de seu sorriso uma das maiores motivações em minha vida. Aos familiares em geral, que sempre apoiaram e desejaram sucesso em meus estudos e vida profissional, minha eterna gratidão.

Ao meu orientador, Belarmino Mariano Neto, agradeço pelas contribuições em minha formação como acadêmica de Geografia, sobretudo como orientador de Iniciação Científica. Agradeço por todos os ensinamentos que me ajudaram a construir este trabalho de conclusão de curso, ademais, agradeço em especial pelas aulas de Geopolítica.

À minha querida amiga e co-orientadora, Ana Carla Marques dos Santos, obrigada pelos ensinamentos acadêmicos, por ter me auxiliado na conclusão desse trabalho, e obrigada por ter contribuído com suas sábias palavras para minha formação pessoal. Aos dois, agradeço pela contribuição em prol da minha formação crítica.

Ao professor Edvaldo Carlos de Lima, por ter me apresentado a Geografia Agrária, e assim, ter me proporcionado as experiências de monitoria, iniciação científica e formação contínua através do CEAT – Centro de Estudos Agrários e do Trabalho. Obrigada por me oferecer nos primeiros semestres do curso, um amplo universo de pesquisas, práticas e experiências.

Ao professor Leandro Paiva do Monte Rodrigues, pelos períodos de monitoria e iniciação científica em Geografia Agrária. Obrigada por sua dedicação, atenção e disponibilidade para ajudar no que fosse necessário, suas contribuições foram fundamentais para a conclusão deste trabalho monográfico.

Quero agradecer de forma muito amorosa aos meus queridos amigos e companheiros de turma, Jonas Rafael, Lidiane Silva, Romário Farias, Marcele Lima, Josemar Bernardo e Jordana Louise, os remanescentes de nossa turma 2013.1, pessoas com quem compartilhei acima de tudo, momentos únicos e maravilhosos. Obrigada por terem sido parceiros e grandes amigos em todo esse tempo, obrigada por terem superado as dificuldades de toda essa trajetória, junto comigo, e por todas as vezes que eu precisei de vocês e os mesmos não me faltaram. À vocês, minha gratidão.

Aos demais amigos e companheiros de curso, monitoria, PIBIC e PIBID, obrigada por fazerem parte dessa formação e por todas as vezes que me ajudaram nesse percurso e nessa conquista. Disfrutar experiências com vocês foi de extrema importância para enriquecer minha formação.

Aos professores de Geografia da UEPB e de outras instituições que de alguma forma contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional, meus sinceros agradecimentos. Os ensinamentos de vocês foram fundamentais para a conclusão desta etapa.

“Terra é mais do que terra. Este símbolo que liga visceralmente à vida é propriamente o lugar histórico dessas lutas, sucessoras das mais primitivas lutas dos índios, dos negros e dos camponeses que, na sofrida busca do próprio chão, foram descobrindo as outras dimensões do seu combate, Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia. Terra é festa do povo novo que, por meio de mudança conquistou a liberdade, a fraternidade e a alegria de viver!”

(Dom Tomás Balduino)

043 – LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

TITULO:FORMAÇÃO TERRITORIAL E LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES - PILÕES/PB

LINHA DE PESQUISA: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

AUTORA: Renata Costa e Barros

ORIENTADOR: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)

CO-ORIENTADORA: Prof.^a Ms. Ana Carla dos Santos Marques (UEPB/CH/DG)

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima (UEPB/CEDUC/DG)

Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (UEPB/CH/DG)

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar o processo de territorialização do Assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Pilões/Paraíba/Brasil, no contexto da Microrregião do Brejo e Mesorregião do Agreste Paraibano, onde se desenvolveu durante muito tempo o capital agrário das produções de cana-de-açúcar. Este território camponês ocupa atualmente as terras do antigo Engenho Poções, e carrega em seu processo histórico geográfico fortes transformações no que tange a dinâmica social, econômica e a reprodução do trabalho no campo. Nesta perspectiva, o Assentamento Florestan Fernandes configurou-se como um território produto da luta de classes, que teve como agentes sociais, os trabalhadores/moradores do engenho e os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que diante do protagonismo das disputas e conflitos territoriais originaram no decorrer dos anos um processo de des(re)territorialização. Frente a necessidade de compreender as contradições existentes neste território agrário e as relações desenvolvidas entre os possuidores de terra e os despossuídos desse bem, a metodologia deste estudo esteve pautada nas pesquisas documentais e bibliográficas, bem como na relevância dos trabalhos de campo, com entrevistas semiestruturadas, onde valorizou-se a interação entre sujeito pesquisado e sujeito pesquisador. Observou-se que o recorte territorial em questão foi palco de grandes mudanças nas relações de trabalho e dinâmicas territoriais e que este produto da reterritorialização camponesa têm apresentado melhores formas de vivência e permanência no campo, todavia, notou-se existir uma carência de investimentos governamentais, que interferem no processo de desenvolvimento territorial do Assentamento Florestan Fernandes.

PALAVRA-CHAVE: Territorialização. Assentamento. Trabalho. Camponês.

043 – LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

TITULO: FORMAÇÃO TERRITORIAL E LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES - PILÕES/PB

LINHA DE PESQUISA: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

AUTORA: Renata Costa e Barros

ORIENTADOR: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)

CO-ORIENTADORA: Prof.^a Ms. Ana Carla dos Santos Marques (UEPB/CH/DG)

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima (UEPB/CEDUC/DG)

Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (UEPB/CH/DG)

RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo analizar el proceso de territorialización del Asentamiento Florestan Fernandes, ubicado en el municipio de Pilões/Paraíba/ Brasil, en el contexto de la Microrregión del Brejo y Mesorregión del Agreste Paraibano, donde se desarrolló durante mucho tiempo el capital agrario de las producciones de caña de azúcar. Este territorio campesino ocupa actualmente las tierras del antiguo Engenho Poções, y lleva en su proceso histórico geográfico fuertes transformaciones en lo que se refiere a la dinámica social, económica y la reproducción del trabajo en el campo. En esta perspectiva, el Asentamiento Florestan Fernandes se configuró como un territorio producto de la lucha de clases, que tuvo como agentes sociales, los trabajadores/moradores del Engenho y los Movimientos de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), que ante el protagonismo de las disputas y los conflictos territoriales originaron a lo largo de los años un proceso de des(re)territorialización. Frente a la necesidad de comprender las contradicciones existentes en este territorio agrario y las relaciones desarrolladas entre los poseedores de tierra y los desposeídos de ese bien, la metodología de este estudio estuvo pautada en las investigaciones documentales y bibliográficas, así como en la relevancia de los trabajos de campo, con entrevistas semiestructuradas, donde se valoró la interacción entre sujeto investigado y sujeto investigador. Se observó que el recorte territorial en cuestión fue escenario de grandes cambios en las relaciones de trabajo y dinámicas territoriales y que este producto de la reterritorialización campesina han presentado mejores formas de vivencia y permanencia en el campo, sin embargo, se notó existir una carencia de inversiones gubernamentales, que interfieren en el proceso de desarrollo territorial del Asentamiento Florestan Fernandes.

PALABRA CLAVE: Territorialización. Asentamiento. Trabajo. Campesino.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Mapa de localização do município de Pilões/PB.....	15
Figura 02 -	Imagens cartográficas sobre os Assentamentos no Agreste e Brejo Paraibano.....	28
Figura 03 -	Ruínas do Engenho Poções no atual território do PA Florestan Fernandes – Pilões/PB.....	40
Figura 04 -	Entrevista com camponeses do PA Florestan Fernandes Pilões/PB.....	41
Figura 05 -	Moradia do Assentamento Florestan Fernandes. Pilões/PB.....	43
Figura 06 -	Moradias do Assentamento Florestan Fernandes. Pilões/PB.....	43
Figura 07 -	Moradia do Assentamento Florestan Fernandes. Pilões/PB.....	44
Figura 08 -	Capela do Assentamento Florestan Fernandes. Pilões/PB.....	44
Figura 09 -	Sede da Associação Florestan Fernandes. Pilões/PB.....	45
Figura 10 -	Mulheres trabalhando na raspagem da mandioca. PA Florestan Fernandes. Pilões/PB.....	46
Figura 11 -	Mandioca para produção de farinha. PA Florestan Fernandes. Pilões/PB.....	46
Figura 12 -	A história oral das camponesas do PA Florestan Fernandes. Pilões/PB.....	47
Figura 13 -	Barracão onde eram trocados os vales. PA Florestan Fernandes. Pilões/PB.....	48

LISTA DE E GRÁFICOQUADROS

Gráfico 01: Número de Assentamentos Rurais criados – 1985-2015.....	34
Quadro 01: Modalidades de Assentamentos Reconhecidos pelo INCRA.....	36
Quadro 02: Assentamentos do município de Pilões – Informações gerais.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BT	Banco da Terra
CEAT	Centro de Estudos Agrários e do Trabalho
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDUC	Centro de Educação
CH	Centro de Humanidades
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
DG	Departamento de Geografia
EJA	Educação de Jovens e adultos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MHD	Materialismo Histórico Dialético
MLT	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OI	Organização Independente
PA	Projeto de Assentamento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RA	Reforma Agrária

RAM	Reforma Agrária de Mercado
SEDUP	Serviço de Educação Popular
TDR	Territorialização Desterritorialização Reterritorialização
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA TERRA.....	19
2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROCESSO HISTÓRICO DE LUTA PELA TERRA NO BRASIL.....	20
2.2 O CENÁRIO AGRÁRIO PARAIBANO E A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA.....	23
3 POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (1995-2015)	30
4 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES – PILÕES/PB.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais representam um papel importante no Brasil, pois são desde os anos 1960, a principal forma de manifestação do Estado frente à Questão Agrária, constituindo-se como uma política de distribuição de terras para um fim social que beneficie os camponeses que lutam pelo acesso à terra e os que lutam para permanecer na terra. A construção de um assentamento rural é a afirmação de uma luta, anteriormente organizada em forma de acampamento, e que agora torna-se um local de novas relações sociais construídas sob valores de igualdade, coletividade, justiça social e liberdade.

O assentamento é considerado um momento de renovação da luta, onde a terra já foi “conquistada” e o maior desafio, a partir de então, é organizar a comunidade, afim de construir a produtividade da terra, a conscientização política e a continuidade do movimento em prol do desenvolvimento local e da Reforma Agrária. No entanto, vale salientar que no Brasil, a política de assentamentos assumiu um caráter contraditório tendo sido a única resposta do Estado à pressão dos movimentos sociais demandantes por RA, tornando-se assim uma tentativa de intervenção e controle estatal sobre um conflito social, ou seja, o Estado encontrou nas políticas de assentamento, uma forma de barrar as mobilizações no campo em prol da efetivação da Reforma agrária plena (CAUME, 2002; MEDEIROS, 2003).

A questão agrária pode ser um grande motivo de preocupação quando se pensa em democratização de terras no Brasil, pois, ao mesmo tempo em que a política de assentamentos representa algo tão importante para a classe camponesa e dos movimentos sociais de luta pela terra, ela também torna-se um elemento de conflito de classes que envolve o poder político, o latifúndio e o agronegócio, como os principais atores que resistem à democratização. Este embate de classes é responsável por postergar cada vez mais as discussões por parte do Estado a respeito da Reforma Agrária (GIRARDI; FERNANDES, 2009).

O tema abordado para este trabalho de conclusão de curso foi parte das pesquisas realizadas durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), ao qual participei como estudante pesquisadora. Este estudo foi resultado do projeto intitulado de “QUESTÃO AGRÁRIA E PROPRIEDADE DA TERRA NA SERRA DO ESPINHO, PILÕES/PB, ENTRE OS ANOS DE 1995 A 2015”, coordenado pelo Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto e pelo Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues.

O município de Pilões localiza-se na Microrregião do Brejo e na Mesorregião do Agreste paraibano, sua história remete-se a produção de cana-de-açúcar, aproveitando as

terras íngremes, porém com boa qualidade, pois o território é cortado por uma série de riachos e rios. O entendimento da questão agrária em Pilões está atrelado aos processos de transformação regional brejeiro, considerando principalmente a influência que o município de Areia exerce sobre a área de estudo, tanto do ponto de vista econômico, quanto social e cultural (Figura 01).

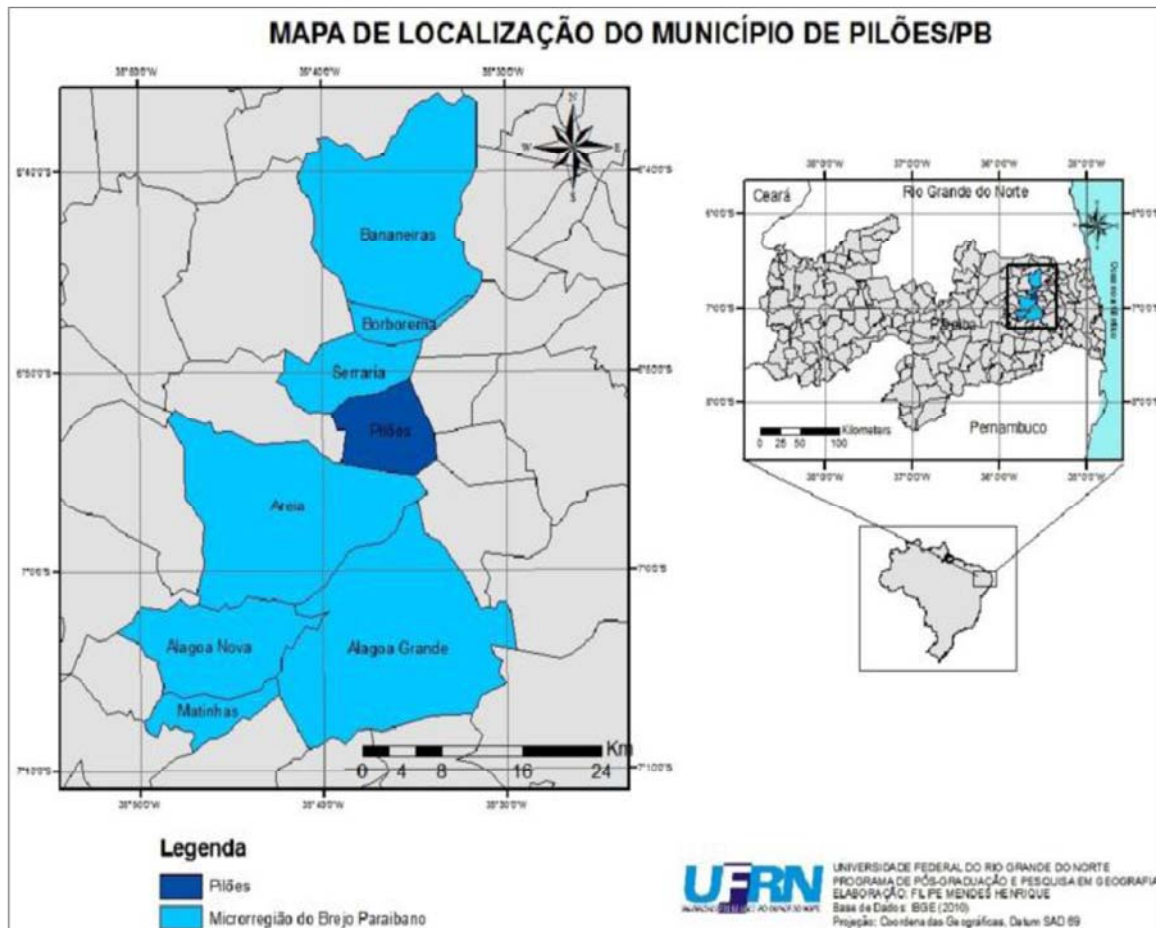


Figura 01: Mapa de localização do município de Pilões/PB

Fonte: HENRIQUE, Filipe Mendes (2010).

Este município conta oficialmente com seis projetos de assentamentos, com áreas que em alguns casos ultrapassam os limites municipais. As pesquisas afirmam que, as construções dos assentamentos estão sempre atreladas ao declínio dos empreendimentos canavieiros que predominaram por muito tempo como fonte produtiva e econômica deste território em análise. Vale salientar que entre as décadas de 1970 e 1980, Pilões, entre outros municípios do brejo, foi destaque na produção da cana-de-açúcar da Paraíba (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Para esta análise geográfica observou-se a formação territorial que permeou esse processo de luta e conquista da terra, considerando importante para a compreensão a abordagem teórica de Haesbaert (1997), territorialização – desterritorialização – reterritorialização (TDR). Assim, o território é entendido como produto da atuação e relação de distintos atores sociais, estando passivo à diversas transformações que se configuram a partir das relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Nesta perspectiva o presente estudo buscou analisar o processo de formação e desenvolvimento territorial do Assentamento Florestan Fernandes. Os objetivos específicos visaram: a) compreender os fatores responsáveis pelos momentos de tensões e conflitos ocorridos em meio ao processo de TDR; b) identificar e atualizar os dados referentes ao assentamento estudado; c) descrever as principais formas de organização da produção e do trabalho no Assentamento Florestan Fernandes.

As sistematizações de Haesbaert (1997) foram fundamentais para esta compreensão, pois consideraram as discussões sobre apropriação e dominação de forma imbricada ao discurso sobre o território. Uma de suas abordagens remete ao processo ocorrido na área do Assentamento Florestan Fernandes, quando analisa a “desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre capital-trabalho” (HAESBAERT, 1997, p.40).

Esta pesquisa justificou-se pela necessidade de apresentar que a luta pela terra não se resume à distribuição de lotes, de modo que a territorialização do campesinato necessita de diversas medidas governamentais de apoio ao desenvolvimento. Em meio à atual conjuntura brasileira, visto que as políticas de Reforma Agrária estão estagnadas e em consequência disso o capital agrário se reproduz numa escala fenomenal, notou-se a importância de discutir a questão agrária como um processo histórico de lutas de classes.

Escolheu-se trabalhar a territorialização camponesa do Assentamento Florestan Fernandes, visto que este território camponês representa a resistência da luta camponesa e dos movimentos sociais de luta pela terra, diante de um histórico processo de conflito de classes entre os proprietários dos meios de produção e os despossuídos desses meios. Neste cenário, observou-se a contradição latente durante o período de submissão ao trabalho dos antigos engenhos de cana-de-açúcar, e as desigualdades das relações sociais que culminaram com o processo de disputa por terra. Neste contexto, esta pesquisa assumiu pertinência frente aos camponeses assentados e aos movimentos territoriais de luta pela terra, bem como à comunidade acadêmica, sobretudo aos estudos de Geografia Agrária no Brejo Paraibano.

A pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa, de modo a compreender os “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32). Foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico e documental, realizado junto à biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba, bem como em sites e páginas virtuais de interesse da comunidade acadêmica de graduação e pós graduação em Geografia.

O trabalho teve como principais referências e contribuições, alguns estudos desenvolvidos por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Emília Moreira de Rodat, e Marco Antônio Mitidiero Junior, autores fundamentais para os estudos da geografia agrária e, sobretudo, para a compreensão da questão agrária brasileira. Esta pesquisa firmou-se ainda, em dados acessados nos sites e páginas virtuais como DATA-LUTA, CPT, INCRA e MST.

A parte empírica da pesquisa foi desenvolvida a partir dos trabalhos de campo que foram necessários para o levantamento de informações, coleta de dados e registros fotográficos que fundamentaram e ilustraram este estudo. No decorrer das pesquisas de campo realizadas no PA Florestan Fernandes – Sitio Porções e antiga área do Engenho Porções, observou-se que seu histórico de formação territorial apresenta aspectos de um longo processo de luta pela terra, e que atualmente enfrentam problemas conjunturais e estruturais que dificultam o processo de desenvolvimento territorial do assentamento.

Durante os trabalhos de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que promoveram importantes relatos sobre o processo dos conflitos e da resistência camponesa. As entrevistas com alguns assentados possibilitaram o resgate de antigas lembranças do trabalho no engenho e forneceram informações pertinentes à pesquisa. A observação e a captura dos registros fotográficos realizados na área de estudo, foram fundamentais para a compreensão da dinâmica e transformação territorial desenvolvida no decorrer do tempo.

Para Minayo (2008), o trabalho de campo estabelece uma interação com os atores pesquisados, promovendo a construção de um conhecimento empírico, fundamental para a pesquisa social. Neste estudo a pesquisa de campo esteve pautada em dois pressupostos: a observação e as entrevistas semiestruturadas, onde foram combinadas perguntas abertas e fechadas “em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada” (MINAYO, 2008, p. 64).

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos que compreendem os pontos mais importantes desta abordagem, partindo da problematização do tema até os resultados obtidos

no decorrer da pesquisa bibliográfica e de campo. Foram apresentados temas pertinentes ao processo de territorialização dos assentamentos rurais e à política de reforma agrária, apresentando informações relativas à questão agrária em Pilões e aos processos de conflito e resistência que contribuíram para a conquista da terra e seguinte territorialização camponesa no Assentamento Florestan Fernandes.

O segundo capítulo caracterizou a importância dos movimentos sociais em meio ao processo de luta pela terra, dando ênfase às suas atuações no processo histórico dos conflitos e da resistência no campo, sendo estes os principais aspectos responsáveis por fortalecer a luta pela terra no contexto nacional, bem como, na área de estudo em questão. O terceiro capítulo apresentou uma abordagem sobre a intensidade dos impactos das políticas de reforma agrária entre os diferentes governos brasileiros, num recorte temporal de 1995 a 2015.

No quarto capítulo foi apresentada a pesquisa de campo, expondo as informações pertinentes ao assentamento estudado, caracterizando o processo de des(re)territorialização desse espaço de luta e conflitos. Especificamente, foram apresentadas informações referentes às conquistas, aos enfrentamentos e às relações desses assentados em meio ao processo de trabalho e permanência no campo. E, por fim, foram remetidas as considerações finais desta pesquisa.

2 O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA TERRA

O Brasil continua sendo um país territorialmente abundante em relação aos aspectos físico-ambientais, no entanto, quando pensamos o território agrário como espaço de desenvolvimento social, percebemos que existe ainda uma grande parcela de camponeses, agricultores, comunidades indígenas e quilombolas que permanecem acossados por uma escassez de terra que dificulta a possibilidade de desenvolvimento social e da vida no campo. É pautada nessa realidade que os movimentos sociais vêm construindo sua história de luta em prol do acesso aos direitos das comunidades rurais sem terra.

Nesse contexto histórico brasileiro a luta pela terra pode ser caracterizada pelos diversos momentos de tensão no campo e pelos diversos sujeitos envolvidos. Vale salientar que esse é um processo contínuo e que a cada período assume um papel ainda mais importante para a história dos trabalhadores rurais. Pois mesmo diante de inúmeros conflitos, a luta nunca cessou, desde os movimentos messiânicos ao cangaço, as ligas camponesas ao MST, e as capitâneas hereditárias ao latifúndio moderno (FERNANDES, 1999).

Os protagonismos desses movimentos iniciaram-se ainda no processo de descobrimento do Brasil, quando a partir do regime de distribuição de terras, através das sesmarias, desenvolveram-se os primeiros latifúndios, ficando a concentração de terras nas mãos das elites políticas, traços que são refletidos até os dias atuais. Nesse primeiro momento a luta pela terra caracterizou-se pela resistência indígena, tendo sua continuidade com a organização afrodescendente que lutava em busca de refúgio e liberdade. No decorrer dos tempos a luta pela terra passou a ser protagonizada pelos camponeses que passaram a lutar pelo acesso à terra, permanência no campo e pelo direito de se reproduzirem, social e economicamente, a partir de seus próprios modelos de desenvolvimento (CORDEIRO, 2011).

Foi a partir da segunda metade do século XX que os movimentos organizados pelos povos do campo ganharam mais força e se estabeleceram propriamente como movimentos agrários. Com o surgimento das Ligas Camponesas, movimento apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela Igreja Católica, outros movimentos no contexto nacional foram se originando e prosseguindo em luta pela terra e pela Reforma Agrária. No entanto, o golpe militar que marcou também a segunda metade do século XX, levou a cabo todas as formas de organização camponesa. De modo geral, a ideia presente em relação ao protagonismo dos movimentos sociais do campo, vem sendo marcada pelo processo histórico

de luta por parte da população, mas também, pela repressão por parte do Estado e de seu aparato militar.

2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROCESSO HISTÓRICO DE LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Ao pensarmos na história da luta pela terra e dos movimentos sociais, podemos evidenciar a atuação das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, movimento agrário de grande importância no Brasil, e, sobretudo no estado da Paraíba, que lutou fervorosamente entre as décadas de 1950 e 1960, em prol dos direitos dos trabalhadores rurais e de suas possibilidades de desenvolvimento no campo. Além disso, as Ligas influenciaram a criação de vários movimentos que passaram a aquecer a luta e a resistência nos campos desse país.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), o Serviço de Assistência Rural, o Serviço de Orientação Rural, a Frente Agrária Gaúcha, o Movimento de Educação de Base e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), foram os principais órgãos e movimentos característicos das lutas por acesso à terra e aos direitos dos trabalhadores nesse intermédio de tempo, mas que foram totalmente aniquilados pelo golpe militar de 1964, que promoveu o desmonte dos movimentos identificados como de esquerda e fortaleceu a aliança entre latifundiários, empresários e banqueiros (FERNANDES, 1999).

Nos meados da década de 1970 outro movimento de grande importância para a retomada da luta foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT), surgindo com o objetivo de apoiar e auxiliar os povos mais pobres e oprimidos, sobretudo no campo brasileiro. A Comissão Pastoral da Terra passou a atuar junto à igreja católica nas zonas rurais e periferias urbanas, articulando novos movimentos de resistência. A CPT, e outros movimentos surgiram a partir dos posicionamentos da vertente radical, progressista e libertadora da igreja católica.

Num período de ditadura militar, em que a sociedade encontrava-se amarrada às diversas injustiças e desigualdades sociais, surgiu a CPT, em apoio às classes menos favorecidas e aos injustiçados do campo. A CPT atuou integralmente com os camponeses, proporcionando a efetivação e autopromoção desses sujeitos em meio a luta pela terra e pela igualdade social (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

Na década de 1980, em meio às repressões políticas e inúmeras expropriações referentes ao modelo econômico, articulou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), apoiado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) caracterizada como uma

entidade de representação sindical brasileira. O MST apresentou um caráter mobilizador com o objetivo de articular os trabalhadores e trabalhadoras em prol da Reforma Agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, fundado em 1984 no município de Cascavel/PR, territorializou-se em diversos estados brasileiros, caracterizando-se nacionalmente por sua organização e pelos objetivos de lutar pela territorialização e pela formação política no campo. Os assentamentos constituídos pela luta do MST, contam em sua maioria com projetos de grande importância para a formação rural, social e política do grupo.

Além da luta pela terra e com a sua conquista parcial, o MST passou a lutar pela implantação de diferentes projetos como estratégia de permanência no campo. A Agroindústria dos Assentados, o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), (PRONAF) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) campo, são exemplos de projetos que buscam qualificar trabalhadores e filhos de trabalhadores rurais para o desenvolvimento no campo (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2015).

Atualmente, o MST é o maior movimento de luta pela terra no Brasil, sendo responsável por grandes conquistas realizadas nos campos deste país, constituindo um movimento social que procura organizar o proletariado do campo para que eles lutem por um direito que está na constituição: o de trabalhar na terra (STEDILE, 2013).

Ao analisar a territorialização do Brasil, sobretudo no campo, percebe-se que esta formação carrega consigo um elemento estruturante, a violência. Ao pensar a questão agrária brasileira e toda história de luta que permeia essa problemática, estarão presentes os diversos tipos de conflitos e massacres causados pela violência. Seja verbal, física, moral e até institucional, esta violência tem afetado inúmeras famílias indígenas, trabalhadores rurais e movimentos sociais do campo.

Os diversos movimentos que foram aniquilados pelo poder dos grandes senhores e das forças armadas e políticas são as principais provas da prática da violência no campo brasileiro. Neste longo processo histórico de luta e resistência no campo, destacou-se os seguintes casos em que a violência extinguiu povos e grupos territoriais.

O Quilombo dos Palmares, um dos mais importantes quilombos do Período Colonial da História do Brasil, localizava-se entre as capitânicas da Bahia e de Pernambuco, tornou-se símbolo da resistência negra e indígena à escravidão, onde a terra era considerada um bem coletivo. O quilombo foi dominado após a morte de seu principal representante, Zumbi dos Palmares, que refugiava os negros fugidos das grandes fazendas onde eram explorados.

Canudos, movimento messiânico, liderado por Antônio Conselheiro, que lutava junto a uma comunidade de beatos com um propósito religioso, contra os flagelos do clima e da exclusão social e econômica no sertão, “foi o primeiro grande conflito da nova ordem republicana” (LIMA 2011, p. 36). Perdurou de 1896 a 1897, no interior do Estado da Bahia e foi derrotado pelos ataques dos fazendeiros e do Exército Brasileiro, que extinguiram o Arraial de Canudos levando a morte de até vinte mil sertanejos.

Outro exemplo da prática da violência no campo é a Guerra do Contestado, movimento que surgiu na região Sul do Brasil e perdurou entre 1912 e 1916, com o propósito de lutar contra a expulsão de milhares de camponeses, para a construção de uma estrada de ferro, que deixara os trabalhadores sem terra e sem trabalho (LIMA, 2011). A luta passou a ter um caráter religioso, e teve seu término após a perseguição e ataque de coronéis, soldados e policiais, que culminaram a morte de aproximadamente 8 mil integrantes do movimento.

O massacre de Eldorado dos Carajás é um dos mais recentes da história brasileira, ocorrido em 1996 no Norte do país durante uma marcha contra a demora da desapropriação de terras para assentamentos, sendo a Polícia Militar a responsável por conter o movimento e como consequência da violência durante o conflito dezenove sem-terra foram assassinados (FERNANDES, 1999).

Além dos movimentos supracitados, muitos outros tiveram suas forças aniquiladas pelos poderes dos coronéis, fazendeiros e políticos. As Ligas Camponesas, com principal atuação no Estado da Paraíba, é um dos exemplos de movimento agrário que carrega um histórico de violência e conflito no campo. De modo geral, os conflitos e a violência nos campos do Brasil foram sempre muito intensos, de acordo com Feliciano (2016, p. 83), “historicamente, indígenas, negros e camponeses sempre foram vítimas de ataque e destruição, por resistirem a uma ordem vigente e a favor da liberdade”.

Segundo Oliveira (2001), desde muito tempo o domínio dos latifúndios, da propriedade privada da terra, das grandes produções de commodities são realidades que corroboram com a repressão dos movimentos sociais e com o enfraquecimento das conquistas no campo brasileiro, porém essa luta é constante mesmo em meio às dificuldades, conflitos, perseguições e omissões do Estado. Vale salientar que, “a luta pela terra foi protagonizada do lugar onde sempre estiveram: no corpo a corpo das disputas espacializadas no país inteiro, enquanto que os proprietários, sem abdicar do revide, se concentraram onde sempre se moveram melhor: no aparelho do Estado (PAULINO, 2015, p. 13).

Essa afirmação explica o fato de os latifúndios brasileiros serem dominados por ruralistas políticos ou amparados por políticos, que detêm o poder sobre o território, seja ele um latifúndio produtivo ou não, mas que de maneira alguma, ainda em meio às ocupações e disputas territoriais, será desapropriado para a construção de assentamentos. Vê-se na realidade a quem serve o Estado Brasileiro. Nesta perspectiva, Lima (2011), enfatiza que:

Os trabalhadores do campo e os camponeses são, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos no decorrer da história democrática do Brasil nunca consideraram o núcleo das suas demandas: a abolição da concentração da propriedade privada da terra no país, o controle do desenvolvimento e à expansão do capitalismo no campo (LIMA, 2011, p. 147).

Portanto, é frente ao Estado, ao capitalismo agrário e à atual conjuntura política que se organizam os movimentos sociais de luta pela terra, pois são os atuais responsáveis pelo processo de reforma agrária brasileira, que apesar de ocorrer lentamente, acontece principalmente e unicamente por meio da luta, ocupação e resistência, uma vez que a territorialização é o objetivo. Para Moreira (2016, p. 2014):

Os movimentos sociais pedem uma categoria de leitura conjuntural, e essa categoria é o território. São, por isso, lutas que se pautam por mudanças localizadas, mesmo se pensadas como acúmulos mudancistas ou progressivas a caminho de mudanças de estrutura.

São as “mudanças localizadas” organizadas pelos movimentos sociais, caracterizadas pela luta dos trabalhadores rurais, manchadas pelo sangue dos conflitos e massacres ocorridos no decorrer da história, que configuram as conquistas, os direitos alcançados, o acesso à terra e à territorialização como resultado das ocupações e resistências destes movimentos sociais no contexto histórico brasileiro.

2.2 O CENÁRIO AGRÁRIO PARAIBANO E A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA

De acordo com Moreira e Targino (1997), na Paraíba, a produção do espaço agrário tem se constituído, desde o período colonial, com base na produção canavieira, que sempre esteve ligada ao processo exploratório da força de trabalho humana. As articulações entre

economia, sociedade, política e cultura, desenvolveram-se sob uma organização subordinada ao capital mercantil e a valorização do capital industrial. Desta maneira, destaca-se que, a produção da cana-de-açúcar, carrega em suas relações de trabalho, uma bagagem exploratória, desde os períodos da colonização brasileira.

Na Paraíba, o modo exploratório como se deu apropriação de riquezas foi responsável por grandes mudanças na organização primitiva da agricultura. Os territórios subordinados às necessidades de reprodução do capital configuraram o aprisionamento das terras nas mãos de uma minoria composta por latifundiários, fazendeiros e donos de engenho. Essa forma de apropriação reflete aos dias atuais na organização agrária paraibana que mantém os vestígios do que foi o processo de territorialização dos espaços agrários. Principalmente no litoral e em algumas áreas do Agreste paraibano, com destaque para a região do Brejo paraibano.

De acordo com Almeida (1980), no que se refere aos aspectos naturais brejeiros e sua relação com a produção canavieira, foram as baixadas úmidas e férteis do brejo que proporcionaram as condições ecológicas para o desenvolvimento da cana-de-açúcar, as chuvas constantes e bem distribuídas dessa região de clima quente e úmido, cooperavam para o domínio da cultura, favorecendo a economia canavieira do estado.

Atualmente as vastas produções de cana-de-açúcar, embora que decaídas, representam, junto com o abacaxi e outras culturas, as principais produções do estado, tais produções, aliadas à reprodução do capital agrário, apresentam alto grau de dependência e degradação de recursos naturais. Principalmente a produção da cana, que no decorrer do tempo dizimou quase em sua totalidade a vegetação da zona da mata, das matas do brejo, e os cerrados das várzeas e dos tabuleiros, (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

Os conflitos por terra no estado também decorrem do período da colonização e permanecem em evidência nos dias atuais, frente ao vasto latifúndio e a influente produção do agronegócio canavieiro, responsável por ocasionar uma forte evasão de populações rurais. Nesse cenário agrário paraibano, os movimentos sociais do campo, principalmente as Ligas Camponesas e os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), lutaram e ainda lutam em prol dos direitos de acesso à terra e à Reforma Agrária.

Os conflitos no campo acontecem de forma intensa, porque no Brasil, nunca se cumpriu o estabelecido com a Constituição de 1988: a Função Social da Terra. Esta destaca em seu artigo 186º que a função social da propriedade rural tem como um de seus elementos principais, a produção. Segundo Nogueira (2009, p. 2), “Reconhecendo a função social da

propriedade, a Constituição não nega o direito exclusivo do dono sobre a coisa, mas exige que o uso desta seja condicionado ao bem-estar geral”.

Após as leis que regem a propriedade privada da terra, os indivíduos passaram a valer pelo seu patrimônio, e a terra assumiu um sinônimo de riqueza e acumulação de capital, ao invés do seu real sentido de produção e bem comum. É nessa perspectiva que surgem os movimentos sociais de luta pela terra, com o propósito de lutar contra o latifúndio e contra a desigualdade social resistente no campo brasileiro.

A atuação dos movimentos sociais de luta pela terra na Paraíba corrobora ao surgimento das Ligas Camponesas, fundada no município de Sapé/PB, um forte movimento agrário liderado por João Pedro Teixeira, que intensificou a luta pelo acesso à terra e aos direitos dos trabalhadores rurais, sobretudo pelo direito de plantar e colher nas terras arrendadas onde se pagava o foro¹ e o cambão². As Ligas foram apoiadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e atuaram na Paraíba nas décadas de 1950 e 1960 (PEREIRA, 2015).

O principal líder das Ligas Camponesas na Paraíba, João Pedro Teixeira, assassinado em 1962, lutava pelos direitos dos trabalhadores do campo, pela atuação dos sindicatos rurais, que era inexistente, bem como, contra a miséria no campo e em prol da Reforma Agrária. Líder do movimento arrastou multidões de camponeses e foi responsável por muitos benefícios direcionados aos trabalhadores rurais no estado da Paraíba. No entanto, o movimento das Ligas foi afetado e destruído pelos ataques, conflitos no campo, perseguições e mortes, e principalmente pelo golpe militar.

Na década de 1970 com o rechaço da modernização das atividades canavieiras e do processo de expulsão e expropriação, reincidem os conflitos no campo concentrados principalmente na Zona da Mata paraibana. Sendo estes os primeiros conflitos agrários na Paraíba após o período da ditadura militar (MOREIRA; TAGINO, 1997). Neste momento de tensão, os movimentos sociais que emergiram no final da ditadura militar, tornaram-se a força das mobilizações de massas e de retomada da luta pela terra (LIMA, 2011).

O Brejo foi durante muito tempo espaço do capital agrário, esta região possuiu grande representatividade dentre os ciclos de produção agrícola na Paraíba. “Da policultura e pecuária alimentícia para abastecimento do litoral aos engenhos de cana-de-açúcar, da

¹ O foro era uma espécie de pagamento em dinheiro pelo arrendamento das terras dos coronéis e senhores de engenhos, além disso, as famílias tinham a obrigação de trabalhar para o senhor da terra, em certos dias da semana, sem nenhuma remuneração (PEREIRA, 2015).

² O cambão era o dia de trabalho que o morador dava ao patrão em forma de pagamento pela porção de terra cedida (PEREIRA, 2015).

cotonicultura ao sisal, do café ao retorno à cana” (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 256). Este autor evidencia a singularidade do brejo por sua participação em todos os momentos da economia estadual.

A década de 1970 marcou um processo de reconfiguração territorial do brejo paraibano, sendo este, cenário de diversas mudanças frente à modernização da agricultura, nas décadas seguintes. A tecnologia de produção, a desvalorização da mão-de-obra rural seguida de migração, e o intensivo controle do capital em meio aos investimentos do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) sobre as produções canavieiras da região, foram mudanças que configuraram diferentes processos territoriais no brejo paraibano.

De acordo com Moreira e Targino (1997), durante muito tempo a paisagem do brejo foi dominada pelo verde da cana-de-açúcar. Desse cenário resultou-se um intenso processo de expulsão-expropriação dos camponeses, além do aumento da exploração do trabalho no campo, que culminou com a organização de camponeses em luta por terra e melhores condições de trabalho (RODRIGUES, 2012).

Em 1983 ocorreu outro fato marcante para a história de luta dos trabalhadores rurais da Paraíba, o assassinato de Margarida Maria Alves, mais uma figura que lutou junto ao sindicato rural da cidade de Alagoa Grande/PB, no Brejo Paraibano, contra a exploração, em defesa dos trabalhadores e que pelo mesmo desejo de João Pedro Teixeira, de ver seu povo usufruindo de seus direitos, foi assassinada pelo mesmo grupo que executou o líder das Ligas Camponesas.

Com a crise do PROALCOOL em 1986, deu-se início ao processo de falência da maioria das usinas de açúcar na Paraíba. No Brejo todas as usinas declinaram, sobretudo as usinas Santa Maria e Tanques, localizadas nos municípios de Areia e Alagoa Grande, respectivamente, que representaram durante muito tempo, grande percentual da produção canavieira no estado da Paraíba, estas usinas chegaram a falência em meados da década de 1990 (RODRIGUES, 2012).

Este período coincidiu com o enfraquecimento da pecuária no brejo paraibano, acentuando o número de trabalhadores desempregados e sem-terra, uma vez que a grande maioria dos homens e mulheres que trabalhavam na cana-de-açúcar, eram dependentes das terras de seus patrões. Moreira e Targino (1997) e Mitidiero Junior (2008), destacam a atuação da Arquidiocese de Guarabira/PB, das paróquias e sindicatos locais, e do Serviço de Educação Popular (SEDUP), como protagonistas das organizações de trabalhadores articulados em prol da luta pela terra, entre os anos de 1986 e 1999.

Entre 1985 e 1990 surge nos estados do Nordeste a representação do MST, já organizado no sul do país desde 1979. No final da década de 1980 a Pastoral Rural da Paraíba se vincula a Comissão Pastoral da Terra, em apoio aos trabalhadores. Em 1985 surge o MST na Paraíba, tendo suas primeiras atuações apenas no ano de 1989, quando realizaram a primeira ocupação, em um momento de luta pela terra improdutiva dos vastos latifúndios que serviam como reserva de valor para as classes dominantes (FONSECA; LIMA, 2009).

Diante das dificuldades enfrentadas para territorializar o movimento, apenas em 1999 as mobilizações e ocupações surtiram efeito no estado da Paraíba, e a partir de então os sem-terra passaram a lutar por medidas em forma de investimento governamental para a compra de terra (SILVA, 2007). Num contexto mais atual os dados da luta pela terra contabilizam que foram realizadas na Paraíba, 415 manifestações, envolvendo 264.094 pessoas e 224 ocupações envolvendo 24.603 famílias, entre os anos 2000-2015 (DATA LUTA, 2015).

Mariano Neto (2010), em seu estudo “TERRITÓRIO(S) DE ESPERANÇA: da luta pela terra à vida na terra no Agreste da Paraíba”, discutiu sobre a territorialização camponesa, e destacou em uma base cartográfica as principais demarcações dos assentamentos de Reforma agrária na mesorregião do Agreste e microrregião do Brejo. Este estudo considerou o processo de luta pela terra e sobrevivência na terra no Agreste da Paraíba entre 1996 e 2009 (Figura 02).

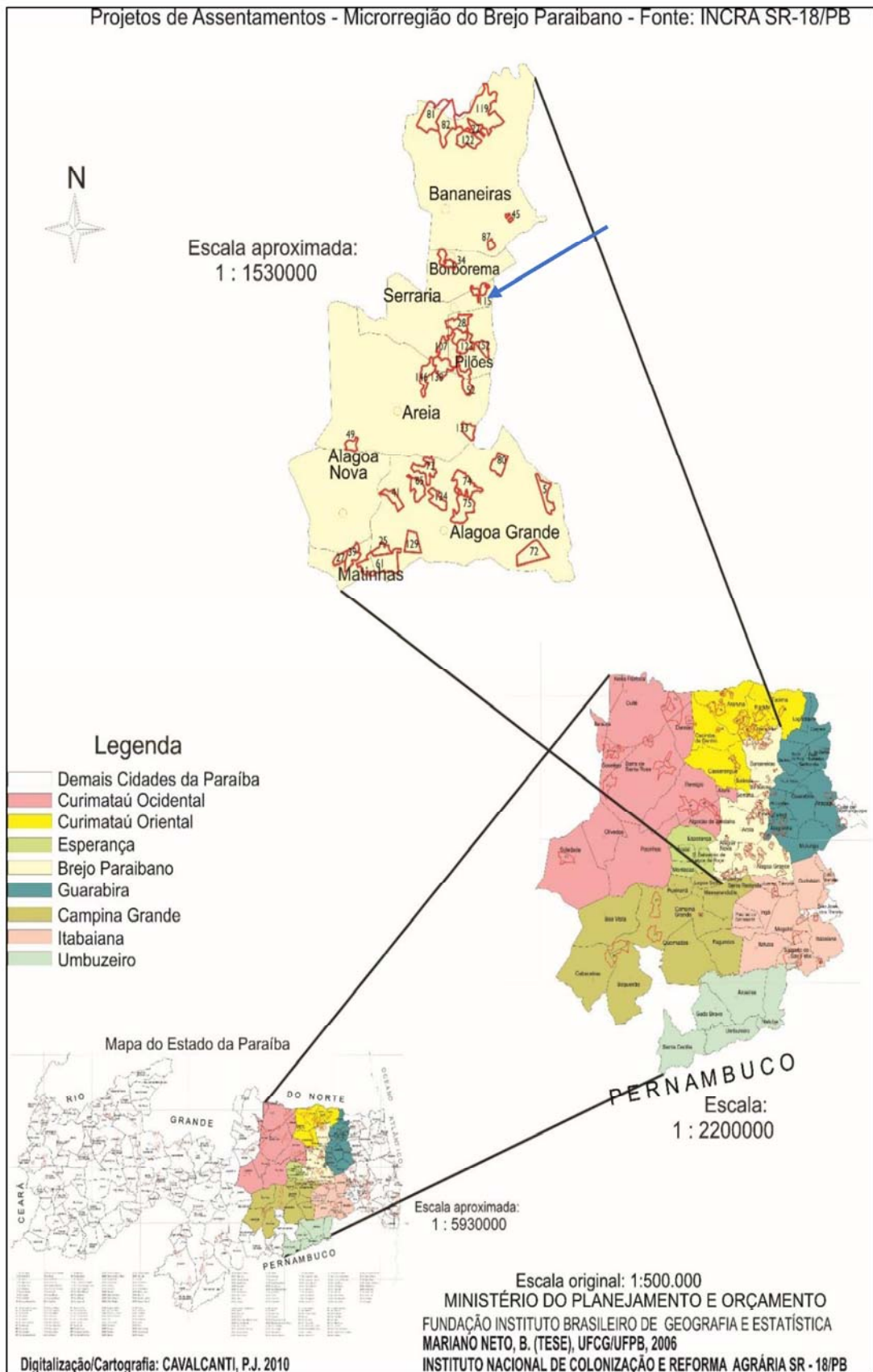


Figura 02 – Imagens cartográficas sobre os Assentamentos no Agreste e Brejo Paraibano
 Fonte: MARIANO NETO, Belarmino. “TERRITÓRIO(S) DE ESPERANÇA: da luta pela terra à vida na terra no Agreste da Paraíba” (UEPB/PROPESQ, 2008 a 2010).

No recorte da microrregião do Brejo, incluem-se alguns Projetos de Assentamento do município de Pilões, de modo a observar que alguns assentamentos ultrapassam os limites municipais, estando interligados aos municípios de Areia/PB e Serraria/PB. A seta azul localiza nesta base cartográfica, a demarcação territorial do Assentamento Florestan Fernandes, construído no ano de 2005.

Em dados gerais, a Paraíba contava, até 2015 com o número de 308 assentamentos de Reforma Agrária, com 14.917 famílias assentadas, totalizando uma área de 288.943 hectares, o que equivale a 5,11% do território paraibano. Estes números são ainda pouco significativos frente à dimensão dos latifúndios improdutivos e não cumpridores da função social da terra no estado da Paraíba, que aumentaram gradativamente entre os anos de 1998 e 2014 (DATALUTA, 2015). No entanto, é de reconhecer que independente dos números, são os movimentos sociais os principais atores das conquistas no campo deste país.

Na Paraíba, atuaram entre os anos 2000 e 2015 os seguintes movimentos: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Organização Independente (OI) e a Via Campesina, sendo o MST e CPT os maiores responsáveis pelas ocupações e territorializações no estado da Paraíba (DATALUTA, 2015).

Estes movimentos constituem-se em movimentos territoriais, criando e recriando relações sociais e construindo seus próprios territórios. De acordo com Girardi e Fernandes (2009), as diversas ações dos movimentos sociais constroem espaços de socialização política, territoriais e desenvolvimentistas, contribuindo para a resistência da luta pela terra e para a permanência do campesinato.

3 POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (1995-2015)

O momento atual do Brasil vêm tornando a Questão Agrária cada vez menos discutida e analisada por parte dos governos. Como já foi dito, nossa política de Reforma Agrária se resume na consolidação limitada dos assentamentos rurais, que em sua maioria, após a consolidação ficam dependentes de investimentos falhos e tardios que impossibilitam o desenvolvimento econômico e territorial desses assentamentos.

Com base nos estudos realizados pôde-se observar que a Reforma Agrária nunca foi pauta principal nos planos de governos do Brasil, pois nunca houve uma abordagem objetiva capaz de direcionar as mudanças no campo de forma estrutural. De acordo com Fernandes (2015), os projetos de reforma agrária estão em desenvolvimento há aproximadamente quarenta anos, e o que se percebe é que esse desenvolvimento torna-se cada dia mais esquecido frente à atual conjuntura política brasileira.

Ao fazer uma análise dos governos que representaram o Brasil nos últimos vinte anos (1995-2015), percebeu-se que não existe preocupação em realizar a reforma agrária plena, e que mesmo diante de diversas políticas desenvolvimentistas voltadas para agricultura, a subalternidade do campesinato frente ao agronegócio permanece intensa.

Ao pensar a questão agrária durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi possível perceber que o mesmo se equivocou ao dizer que realizou a “maior reforma agrária do mundo”. Seguindo os dados do Dataluta (2015), FHC foi responsável, em sua primeira gestão (1995-1998), pelo segundo maior número de assentamentos criados, atendendo à pressão dos movimentos sociais, contabilizou o número de 2.345 assentamentos, chegando a assentar nesta gestão, mais famílias do que o número de famílias mobilizadas nas ocupações.

Por esse motivo deu por encerrada a política de reforma agrária, fazendo declinar o número de assentamentos no segundo mandato (1999-2002). Nesse mesmo mandato FHC criou uma medida provisória para criminalizar as ocupações e implantou o Banco da Terra como fundo de crédito para obtenção de terra, afim de territorializar a chamada Reforma Agrária de Mercado (RAM) (RAMOS FILHO, 2009).

O Banco da Terra tem o objetivo estratégico de desqualificar os movimentos sociais organizados – especialmente deslegitimar o MST – atuando diretamente no âmbito econômico dos trabalhadores desorganizados. Assim, provocaria mudanças na correlação das forças políticas e ideológicas envolvidas na luta pela terra, beneficiando os interesses dos latifundiários e subordinando os trabalhadores rurais. As invasões seriam retidas, os latifundiários receberiam dinheiro à vista por terras e

beneficentarias, e os trabalhadores ficariam sob o domínio das oligarquias locais, liberadas do respeito à função social da propriedade rural. (CARVALHO, 2001, p. 223 *apud* ALENTEJANO, 2004, p. 11).

No segundo mandato de FHC amaneira como alguns assentados tiveram acesso à terra, por meio destes financiamentos rurais, beneficiou principalmente as grandes elites ruralistas, proporcionando também a desarticulação dos movimentos sociais, uma vez que esta alternativa do Banco da Terra, era uma forma de obter a terra sem intermédio das mobilizações. De um modo geral, o governo deslocou a intervenção pública direta sobre os latifúndios, em forma de desapropriação, para uma função indireta, por meio do fornecimento de crédito.

As políticas de financiamentos em prol da Reforma Agrária, denominadas por Reforma Agrária de Mercado, objetivaram “esvaziar o conteúdo político e conflituoso embutido nesse conceito” (RAMOS FILHO, 2009, p. 252). E diante das diferentes classes sociais envolvidas nesse processo, a implantação da Reforma Agrária de Mercado configurou uma disputa territorial entre territórios materiais e imateriais.

Fernandes (2009), explica que os territórios imateriais são intrínsecos as ordens do território material e relacionam-se com questões de domínio e controle sobre os diversos processos de construção das relações sociais. Neste sentido, de um lado estava o governo em construção dos territórios imateriais com o intuito de disseminar a ideia de reforma agrária mercantil, e em contrapartida, estavam os movimentos sociais em construção de territórios imateriais que impedissem a territorialização material da RAM.

Nesta perspectiva, vale ressaltar as diversas críticas sobre as políticas de Reforma Agrária desenvolvidas no governo FHC, este, que foi responsável por políticas que fortaleceram o desenvolvimento do capital e do mercado no campo, causando implicações negativas frente a inserção da política de reforma agrária numa lógica mercantil, que favoreceu o processo de comercialização de terras. O banco da terra, citado anteriormente é um dos grandes exemplos de políticas que visaram desconstruir o sentido da luta pela terra, descaracterizar a luta pela Reforma Agrária, bem como enfraquecer a historicidade dos movimentos sociais do campo.

Este governo, mesmo propagandeando um número significativo de famílias assentadas, protagonizou uma série de perseguições e políticas de criminalização dos movimentos sociais, impedindo o avanço das conquistas no campo e em prol da Reforma Agrária. Além disso, a Reforma Agrária desenvolvida por FHC, resultou na precarização de

inúmeros assentamentos, que foram implantados com projetos incompletos, sem investimento para infraestrutura, tampouco para o desenvolvimento agrícola.

O primeiro mandato do governo Luiz Inácio (Lula) da Silva (2003-2006) derrubou a tese de que a reforma agrária estava encerrada e construiu mais assentamentos do que a primeira gestão de FHC, contabilizando a criação de 2.380 assentamentos (DATA LUTA, 2015). Este governo trouxe esperança aos movimentos sociais de luta pela terra, uma vez que fazia parte de suas campanhas políticas a promessa de realizar a reforma agrária.

Foi também, no início do governo Lula, a última vez que a Reforma Agrária foi pensada, estruturada e exposta, através do II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, elaborado no ano de 2003. Porém, com o não cumprimento das propostas e dos acordos firmados, o governo ficou aquém das expectativas dos trabalhadores rurais, em especial os acampados (FERNANDES, 2006).

No segundo governo Lula, houve um significativo investimento em infraestrutura para os assentamentos, bem como políticas públicas voltadas para o campo, entre estas, está a ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado ainda no governo FHC, destinou-se aos investimentos e financiamentos de atividades agrícolas e pecuárias, afim de estimular a geração de renda dos estabelecimentos rurais. Guilherme Cassel (ex-ministro do MDA no Governo Lula) (2010), enfatiza que:

Além de ampliar o volume de crédito disponível, por meio do qual comunidades tradicionais passaram a ter acesso ao Pronaf, realizamos novos projetos que beneficiaram vários segmentos: jovens, mulheres, agroecologia, semiárido, floresta, cooperativas. Neste período passamos de 900 mil para 1,6 milhões de contratos, promovendo a inclusão de milhares de famílias no sistema de crédito rural, sendo quase metade delas da região Norte e Nordeste, ou seja, as regiões mais pobres do país e mais carentes de apoio governamental (CASSEL, 2010, p. 58).

O PRONAF passou a ser melhor distribuído, abrangendo todas as regiões do país, a partir dos anos 2000, sobretudo durante a ampliação realizada no governo Lula, visto que até 1999 esta política estava praticamente restrita aos estados da regiões sul do país. Este programa têm sido nos últimos anos, uma das principais políticas públicas direcionadas a agricultura familiar, sendo subdivido em distintas linhas de crédito, que variam em relação a distribuição dos recursos, entre os diferentes perfis de agricultores familiares.

No que se refere a distribuição de crédito, notou-se que o acesso as operações financeiras “mais volumosas” oferecidas por este programa, ficam restritas aos agricultores mais capitalizados, enquanto os grupos de menor renda bruta, onde se enquadram os assentados e os pequenos produtores rurais têm acesso aos financiamentos menos

significativos. Verificou-se existir uma disparidade no que se refere aos investimentos direcionados aos cultivos, de modo que a produção de *commodities* assume grande importância na distribuição do financiamento, enquanto os cultivos como, mandioca, feijão e arroz, assumem um papel secundário neste processo (SARON; HESPANHOL, 2012).

Diante do processo contraditório das políticas de desenvolvimento rural, o PRONAF caracteriza-se também, como uma espécie de financeirização da política pública, visto que esta, é intermediada pelo Banco. No entanto, ainda com base no autor supracitado, esta política, apesar de manter o apoio à agricultura patronal, tem incentivado a produção dos pequenos agricultores, tornando-se significativa na ampliação dos recursos para a agricultura familiar que tem apresentado resultados positivos e maior representatividade no campo.

Vale salientar que o PRONAF foi destaque de investimentos, subsidiados pelo governo Lula entre as safras de 2002/2003 até a safra de 2008/2009. Portanto, Políticas como esta foram muito importantes para o campo e para a reprodução dos pequenos agricultores familiares que passaram ser vistos desde então, de forma positiva e relevante para a produção de alimentos (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

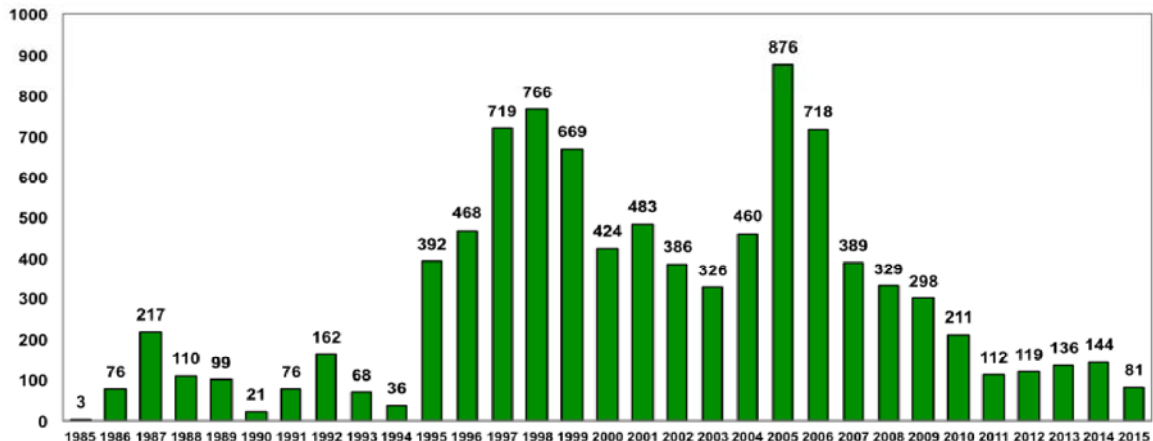
Programas como Bolsa Família, Luz para Todos, Mais alimentos, entre outros, foram desenvolvidas no governo Lula e contribuíram positivamente para o crescimento e fortalecimento do campo, fundamentalmente a agricultura familiar. Segundo Fernandes (2015, p. 177), “A construção e o estabelecimento das políticas públicas são parte das disputas territoriais e por modelos de desenvolvimento”. Portanto, consideram-se essenciais para os assentamentos de Reforma Agrária e para o campesinato.

Um dos pontos negativos deste governo em relação aos camponeses e movimentos sociais, foi o não cumprimento do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, que era a grande expectativa deste público desde o início da gestão. O não cumprimento levou à pressão e intensificação das mobilizações por parte dos movimentos sociais do campo.

Vale salientar que os anos de governo Lula foram estruturados dentro de um programa de alianças partidárias, como um governo de coalizão, em que os diferentes partidos de sua base eram predominantemente ligados às elites agrárias dominantes, que já possuíam uma forte bancada ruralista dentro do congresso nacional. Desse modo, assim como o primeiro plano, este segundo PNRA não foi executado (FERNANDES, 2015).

Diante dos dados relativos aos dois governos de FHC e de Lula, pode-se afirmar que os períodos entre os anos de 1995 a 2010 representaram o maior número de trabalhadores assentados pela Reforma Agrária no Brasil (Gráfico 1):

Gráfico01: Número de Assentamentos Rurais criados – 1985-2015



Fonte: DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra, 2015.

Os anos de 1985 a 1994 representaram baixos índices de assentamentos da RA, isso se deu devido ao processo de redemocratização do país, que ainda vivia os últimos anos da Ditadura Militar na década de 1980. Esse também representou o período de retomada dos movimentos sociais no campo com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apoiado pela Comissão Pastoral (CPT), (FERNANDES, 1999).

Entre os anos de 2011 à 2014, dando continuidade ao Partido dos Trabalhadores (PT), os dados apontam que o governo (Dilma) Vana Rousseff, sobretudo seu primeiro mandato, não foi exitoso em relação às políticas de assentamento. Versando sobre a ótica de que a necessidade estava em investir nos assentamentos já existentes, a presidenta optou pela promoção de políticas públicas e deu continuidade aos programas criados no governo Lula, afim de beneficiar e promover melhores condições de vida nos assentamentos rurais já constituídos.

De acordo com o relatório Dataluta (2015), no que se refere à construção de novos assentamentos, o governo Dilma manteve a tendência de queda e assentou o menor número de famílias em meio aos três governos citados. Vale salientar que os governos Dilma também foram construídos com base em uma ampla aliança com as elites agrárias nacionais, em que os partidos da base aliada eram predominantemente contrários ao PNRA, pois estavam atrelados diretamente ao agronegócio e à bancada ruralista.

Durante o governo Dilma, houve uma ampliação do sistema de coalizão e alianças que fizeram regressar as discussões acerca da reforma Agrária no Brasil. Este governo realizou inúmeros pactos para manter o poder, visto que a presidenta Dilma não podia contar com o mesmo apoio popular direcionado ao ex-presidente Lula. Estes caminhos percorridos pelo governo Dilma, bem como as estratégias desenvolvidas para permanecer na presidência,

influenciaram negativamente nas políticas de Reforma Agrária e no desenvolvimento territorial dos movimentos sociais de luta pela terra.

Autores como Oliveira (2007), defende que as políticas de assentamento realizadas no decorrer desses anos, sobretudo no mandato Lula, foram políticas de contra reforma agrária. Este conceito versa sobre o não rompimento com o sistema de monopólio, estrutura latifundiária, e busca satisfazer esporadicamente a demanda social por terra, afim de controlar as pressões e os conflitos por parte dos movimentos sociais.

De um modo geral, o governo Lula, bem como o de Dilma, deixaram muito a desejar no que se refere a questão agrária brasileira. O não cumprimento do PNRA e a política de alianças com as elites agrárias nacionais deixaram os movimentos sociais apenas na expectativa. É certo que estes governos não reprimiram os movimentos sociais, como no governo FHC, pelo contrário, nesse período houve um reconhecimento do protagonismo desses movimentos territoriais, bem como a abertura de espaço para interlocuções entre estes e os governos (RAMOS FILHO, 2009). Porém, a realidade é que a Reforma Agrária saiu da pauta política e o que restou foram as políticas compensatórias, responsáveis por minimizar os conflitos e a luta pelo acesso à terra (OLIVEIRA, 2011).

Os dados gerais que contabilizam a política de reforma agrária comprovam que, o maior número de assentamentos construídos nos últimos vinte anos foi realizado entre os anos de 1995 a 2010, porém, esta política não se explica tão somente pela construção de assentamentos referentes à desapropriação de latifúndios para fins de reforma agrária, mas também pela regularização e reordenação fundiária e pelos reassentamentos.

A regularização fundiária se refere ao reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais, ribeirinhas, extrativistas, entre outros; a reordenação fundiária, está relacionada ao processo de substituição ou reconhecimento de assentamentos antigos, já existentes; e os reassentamentos são políticas voltadas para famílias atingidas por barragem. No entanto, nenhuma das políticas supracitadas configuram-se como Reforma Agrária propriamente dita, pois esta, “refere-se somente aos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas³”, (OLIVEIRA, 2011, p.6).

Ainda sobre a Reforma Agrária, Ramos Filho enfatiza que:

³“É a ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de se colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (em função dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro” (INCRA, 2009).

Para que isso se concretize, é preciso que ela seja acompanhada de projetos de políticas que contemplem crédito, educação, saúde, moradia, infra-estrutura comunitária, transporte, produção, previdência social, assessoria técnica social, ambiental e tecnológica etc. A ênfase no modelo desapropriatório reside na perspectiva de ruptura com a lógica rentista e não produtiva da propriedade da terra, que tem sustentado o latifúndio em nosso país e penalizado o conjunto de população brasileira desde, pelo menos, a Lei de Terras de 1850 (RAMOS FILHO, 2009, p. 254).

O autor contribui para esta análise, pois trata a reforma agrária não somente como a obtenção de terras por meio da desapropriação, mas também enfatiza a importância das políticas necessárias para o desenvolvimento dos assentamentos e para a permanência do camponês na terra. O descaso e a falta de investimento do Estado são os maiores problemas enfrentados pela população assentada.

A grande maioria das áreas estudadas no município de Pilões, são referentes à modalidade PA, esta é uma das modalidades mais representativas no Brasil e “têm origem na luta pela terra, especialmente através das ocupações, sendo destinados na maior parte dos casos a agricultores que não possuem terra” (COCA, 2013, p.6). Cabe destacar que as diversas modalidades de assentamentos criados e reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estão divididas em dois grupos (Quadro 1):

Quadro01: Modalidades de Assentamentos

GRUPO 1: Modalidades de projeto criados pelo INCRA atualmente		GRUPO 2: Modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA	
Modalidade	Sigla	Modalidade	Sigla
Projeto de Assentamento Federal	PA	Projeto de Assentamento Estadual	PE
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	Projeto de Assentamento Municipal	PAM
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	Programa Nacional de Crédito Fundiário	PCT
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	Reservas Extrativistas	RESEX
Projeto de Assentamento Casulo	PCA	Território Remanescentes Quilombola	TRQ
Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável	PAS	Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto	PFP
		Reassentamento de Barragem	PRB
		Floresta Nacional	FLONA
		Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS

Fonte: INCRA, 2017. Adaptado por Barros, R. C. (2017).

O grupo 1 representa as modalidades de assentamentos criadas pelo INCRA, ou seja, são em sua maioria, projetos em que a obtenção da terra e seleção dos beneficiários da Reforma Agrária, ficam sob a responsabilidade da União, com intermédio direto do INCRA. Já o grupo 2 representa as áreas de assentamentos reconhecidas pelo INCRA, uma vez que nessas modalidades o processo de obtenção de terra e dos demais beneficiamentos para o assentamento, são em sua maioria, de responsabilidade dos municípios, das unidades federativas, e do governo federal, sem o intermédio direto do INCRA.

O PA é uma das modalidades implantadas pelo governo federal juntamente com o INCRA, sendo direcionada a este órgão a responsabilidade de obter a terra, criar o projeto e selecionar os benefícios. Os demais quesitos fundamentais para o desenvolvimento territorial dos assentamentos, como recursos de crédito, infraestrutura básica e titulação das propriedades, são de total responsabilidade da União (INCRA, 2017).

O assentamento Florestan Fernandes, em destaque nesta pesquisa, é resultado de um processo de luta de classes qual baseia-se na “tríade de Marx: trabalho, terra e capital” (MARTINS, 1996, p. 14 *apud* PAULINO, 2010, p. 116). Neste caso, as disputas iniciaram-se após a falência dos latifúndios canavieiros, em que trabalhadores desempregados e sem terras reivindicaram seus direitos e com a intervenção de movimentos sociais de luta pela terra alcançaram a conquista dos lotes, configurando um processo de construção e destruição de territórios.

4 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES – PILÕES/PB

O espaço agrário do município de Pilões permaneceu por muito tempo sob a ordem e o poder do capital, sendo este o responsável por sua territorialização. Nesta análise a força atuante sobre o território foi principalmente econômica, de modo que a produção canavieira centralizava todas as possibilidades de relação entre o território agrário e seu entorno. Fuini (2017), ao interpretar autores como Haesbert (1997, 2004) chama atenção para a compreensão da lógica de domínio e apropriação:

Haesbert (1997, 2004) busca dar à territorialização um sentido de dominação e apropriação do espaço que se dá no processo próprio de produção desse espaço, tanto material quanto simbólico. A produção do espaço social se estabelece com o modo de produção produzindo seu próprio espaço. A apropriação (com o sentido de uso e não propriedade) decorre da relação de um grupo que modifica um espaço natural para servir às suas necessidades e possibilidades (FUINI, 2017, p. 22).

Este modo de apropriação e dominação se deu no município de Pilões a partir da inserção do capital agrário, que protagonizou entre o final do sec. XIX e quase totalidade do sec. XX, as limitadas formas de relações entre terra e trabalho. Tendo como cultura de predominância a cana-de-açúcar, as terras que deram base territorial para o município de Pilões pertenciam ao território de Areia/PB e eram propriedades dos diversos engenhos, substituídos no decorrer do tempo pelas usinas e destilarias da região (ALMEIDA, 1980).

Ao entrevistar o assentado J.C.S⁴, agricultor, 54 anos, sobre a possibilidade de produzir outras culturas nas terras das usinas, ele respondeu que: “- Ninguém tinha terra, tudo era cana [...] e ninguém era doido de plantar um roçado, porque eles acabavam com tudo para plantar cana”. Os engenhos e as usinas de cana-de-açúcar foram nesse intermédio de tempo, as únicas formas de uso desse solo.

Em meio ao declínio do capital agroindustrial a grande massa de trabalhadores, empregados assalariados, passou a pelear por outras formas de sobrevivência, entre elas esteve presente, a migração, rural e urbana, inclusive para outras regiões do país, a exemplo do Sudeste, como alternativa de desempenhar outras atividades de trabalho. Em contrapartida, uma vez que a propriedade se tornou improdutiva e abandonada pelos donos das produções, outra parte de trabalhadores entrou na luta pela conquista da terra, afim de construir novas formas de desenvolvimento no campo, onde sempre estiveram.

⁴ É de esclarecer que para evitar maiores problemas éticos e de sigilo em relação aos trabalhadores e suas lutas, não aparecem os nomes dos entrevistados, apenas pseudônimos que foram identificados por iniciais.

O Assentamento Florestan Fernandes está localizado no Sítio Poções, município de Pilões, onde existiu durante muito tempo, sob posse do senhor José Lins, o antigo Engenho Poções (desativado há 18 anos). O antigo dono do Engenho era irmão de um dos grandes usineiros da região, o senhor Solon Lins, proprietário da Usina Santa Maria, localizada em Areia/PB, que esteve durante a década de 1980, entre as maiores usinas da Paraíba.

Após o falecimento destes irmãos, suas terras foram passadas para seus filhos, que deram continuidade às produções e à centralização do poder a partir da hereditariedade da propriedade privada. Assim, este território configurou-se a partir de um conjunto de atividades, sobretudo trabalho, que transformaram e organizaram este espaço a partir das relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Este assentamento é um território produto da luta de classes, constituído em meio a resistência de trabalhadores e movimentos sociais que lograram desconstruir um território formado pelo agronegócio canavieiro e redefinir este espaço como território de organização e socialização camponesa, protagonizando um processo de des(re)territorialização, onde “a desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra” (HAESBERT 2002, p. 133).

Nesta concepção, Saquet (2007), enfatiza que:

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades (SAQUET, 2007, p. 15).

Diante disto, compreendeu-se os processos ocorridos neste território sob a lógica da territorialização – desterritorialização – reterritorialização (TDR), uma vez que as contradições sociais envolvidas na consolidação do Assentamento Florestan Fernandes estão intrinsecamente relacionadas a descontinuidade, ruptura, e reprodução das ações dos agentes sociais que configuraram uma desmaterialização econômica e condicionaram a um novo território, suas identidades culturais e seus modelos de desenvolvimento.

Este espaço agrário foi palco das mais distintas transformações territoriais, sendo em primeiro momento identificado como território do capital e do poder, e em segundo momento, convertido em território da luta e da resistência, configurando-se também em território de esperança (MOREIRA, 2011).

Na sistematização de Moreira (2011), o território de esperança:

Simboliza uma ruptura com a forma de organização social, econômica e política pré-existente, uma forma de resistência à dominação do capital no campo. [...] Daí o Território de Esperança se constitui num território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas (MOREIRA, 2011, p.4).

Foi esta busca pelo território de esperança que impulsionou o processo de luta pela terra, quando em meio à falência do Engenho Poções, trabalhadores e trabalhadoras ficaram à mercê, sem emprego, sem salário e sem terra para produzir seus alimentos. A partir de então passaram a reivindicar seus direitos de permanecer na terra em prol de melhores condições de vida. Esta resistência utilizou do caráter contraditório do capital agrário e rompeu com sua própria lógica de exploração e dominação, recriando novos territórios, relações sociais e possibilidades de vida no campo (Figura 03):



Figura 03: Ruínas do Engenho Poções no atual território do PA Florestan Fernandes – Pilões/PB
Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, abril/2017.

Para Santos (2005, p.43), as rugosidades são também “heranças territoriais e sociogeográficas”, nesse contexto são as principais marcas deixadas pelos engenhos e usinas que construíram o espaço agrário em Pilões e que têm caracterizado a paisagem durante mais de um século. A paisagem portanto, possibilita a reprodução da história do lugar, suas relações de trabalho e de produção, bem como a percepção da ação simultânea de várias técnicas. A paisagem é a materialização do tempo no espaço (SANTOS, 2005).

Os moradores entrevistados relatam que vivem nesta localidade há 29 anos, inicialmente interligados ao trabalho no engenho e depois ao assentamento. A conquista da terra no Assentamento Florestan Fernandes se deu há 12 anos, quando os ex trabalhadores do referido engenho, ajudados por representantes do MST obtiveram a criação do assentamento no ano de 2005, mas até o momento ainda não houve a titulação da posse de terra aos assentados que depois de todos estes anos de luta e resistência, ainda buscam a consolidação do assentamento.

Segundo relatos, não houve violência física, mas diante de alguns conflitos entre os sem terras e o proprietário, um representante do MST foi preso, levado ao presídio da cidade de Pilões, onde permaneceu por alguns dias, sendo liberado em seguida, após pressão dos moradores insatisfeitos com a prisão do líder (Figura 04):



Figura 04: Entrevista com camponeses do PA Florestan Fernandes. Pilões/PB
Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, abril/2017.

Os moradores ressaltaram a importância do MST durante o processo de obtenção da terra, para eles, este movimento social foi responsável por unir forças para lutar contra o latifúndio e contra a exploração do capital ao qual estavam submetidos há anos. Um assentado narrou as medidas tomadas para pressionar a polícia local, uma vez que a prisão do líder configurava uma grande injustiça. O mesmo lamenta o ocorrido com o líder.

Nós fomos bater lá no presídio pra tirar ele, aí veio choque, veio tudo, bomba de gás. Nós fomos fazer barulho pra tirar ele do presídio, era enxada, era foice, era pau [...] infelizmente ele foi processado e não pode aparecer por aqui, porque o juiz manda prender na mesma hora. Agora ele mora em São Paulo (A.J.S. assentado, 37 anos).

Segundo Fernandes (2009), os acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária representam estes territórios de disputa, onde a relação classe-território é indissociável. Desse modo pode-se considerar que o processo de desterritorialização organizado por estes agentes sociais vão estar sempre imbricados à reterritorialização, pois mesmo sendo a desterritorialização uma medida de fuga, esta “pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224*apud* CHELOTTI, 2010, p. 167).

A conquista da terra e obtenção do Assentamento aconteceram após os conflitos e se deram de forma contrária à vontade do antigo proprietário, bem como costuma acontecer em meio aos latifúndios improdutivos e não cumpridores da função social da terra. Os moradores relatam que já foram insultados pelo antigo dono da terra e que a mesmo não aceita o fato de ter “perdido” a terra para fins de reforma agrária.

Fala de um assentado sobre o ex proprietário:

Depois que aqui virou assentamento ele passa e fica nervoso, não olha pra nós não. Ele diz que nós tomemos as terras dele. Uma vez ele subiu no palanque e disse “- Vocês tomaram minhas terras”. - Ninguém tomou suas terras não. O senhor não pagava pro governo, ele foi e tomou (A.J.S. assentado, 37 anos).

Pode-se perceber a partir desta fala que o processo de TDR ocorreu diante das múltiplas implicações entre as relações de poder, abrangendo as esferas econômicas, políticas e culturais das relações humanas. “Estudos sobre movimentos sociais no campo e na cidade, transposição geográfica de identidades culturais, dentre outros, são exemplos claros de que a reterritorialização está na ordem do dia” (CHELOTTI, 2010, p. 170).

De acordo com os dados do INCRA/PB, o município de Pilões constituiu como nova base territorial camponesa a criação de seis assentamentos, entre os anos de 1997 a 2012. Atualmente, estes territórios da Reforma Agrária contabilizam aproximadamente 2.727 hectares de terra, o que confere aproximadamente 42% da área territorial do município de Pilões. Diante desta territorialização, materializou-se no dia 27 de setembro de 2005, o território camponês Florestan Fernandes (Quadro 02):

Quadro 02: Assentamentos do município de Pilões – Informações gerais

SR	CÓD.PA	NOME PA	IBGE	MUNIC.	CAPAC.	FAMÍLIAS	ÁREA	CRIAÇÃO
SR 18 Paraíba	PB0097000	VENEZA	2511608	PILÕES	26	26	300	25/11/1997
SR 18 Paraíba	PB0098000	SÃO FRANCISCO I	2511608	PILÕES	28	28	432	25/11/1997
SR 18 Paraíba	PB0099000	SANTA MARIA	2511608	PILÕES	27	27	269.7	25/11/1997
SR 18 Paraíba	PB0101000	REDENÇÃO	2511608	PILÕES	94	94	969	09/12/1997
SR 18 Paraíba	PB0264000	FLORESTAN FERNANDES	2511608	PILÕES	41	41	450	27/09/2005
SR 18 Paraíba	PB0329000	JOSUÉ DE CASTRO	2511608	PILÕES	17	17	306.2952	20/03/2012

Fonte: INCRA, 2017. Adaptado por Barros, R. C. (2017).

Ao analisar os dados do INCRA constatou-se que o Assentamento Florestan Fernandes possui uma área de 450 hectares de terra, sendo distribuídas em lotes de 7,5 hectares para as 41 famílias assentadas. Os moradores reclamam a falta de interesse do INCRA para com o assentamento, uma vez que já faz 12 anos de permanência na terra e até então nada se sabe a respeito das documentações que transferem os lotes para os beneficiários da Reforma Agrária. Estes assentados estão à espera dos títulos de propriedade que representam a conclusão do termo projeto de assentamento (Figuras 06, 07, 08 e 09):



Figura 05: Moradia do Assentamento Florestan Fernandes. Pilões/PB.

Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, outubro/2017.



Figura 06: Moradias do Assentamento Florestan Fernandes. Pilões/PB.

Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, outubro/2017.



Figura 07: Moradia do Assentamento Florestan Fernandes. Pilões/PB.

Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, outubro/2017.



Figura 08: Capela do Assentamento Florestan Fernandes. Pilões/PB.

Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, outubro/2017.

As figuras ilustram a organização das casas do assentamento, a partir desta percepção, observou-se que algumas famílias residem próximas, e outras mais distantes, de modo que os assentados não se organizaram em agrovilas, como de costume nos territórios conquistados pelo MST. Mas sim, em antigas áreas de moradia que antecedem o assentamento, quando eram somente trabalhador-moradores das terras do engenho.

Outras queixas dos assentados versam sobre a violência que circunda as áreas rurais, sobretudo nos entornos do assentamento. Os relatos informam que já houve roubo de motos e assaltos diversos na localidade, e que quando acionam a polícia em solicitação por segurança, “- Eles passam por aqui, uma vez ou outra, mas depois esquecem e começa tudo de novo” (A.J.S. assentado, 37 anos). O descaso do governo atual é muito claro, faltam investimentos em segurança, estrutura, agricultura. Ao questionar sobre as políticas públicas direcionadas ao Assentamento, uma assentada explica que:

Teve política pública do INCRA, de Lula, de Dilma, isso aí não faltava nada pra aqui, era bem-vindo. Aqui o INCRA fez a casa e depois de cinco anos veio a reforma. Agora com esse governo novo, parece que o INCRA faliu, ninguém fala em Reforma Agrária. [...] Lula e Dilma foi pelos pobres, Lula fez demais, fez o que ninguém fazia (Dona I.V.S, 61 anos, assentada).

A partir desta afirmação percebeu-se que a atual conjuntura política brasileira permitiu outras formas de analisar a questão agrária e os assentamentos, uma vez que o desmonte de um governo de diálogo e apoio aos movimentos sociais e sua substituição por um governo de retrocessos sociopolíticos, têm afetado diretamente as classes menos

favorecidas. Os assentados dependem dos investimentos governamentais e dos projetos de políticas públicas, porém, com a falta destes, a Associação do Assentamento Florestan Fernandes têm enfrentado diversos problemas de desenvolvimento em meio ao esquecimento e descaso governamental (Figura 10):



Figura 09: Sede da Associação Florestan Fernandes. Pilões/PB
Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, outubro/2017.

A Associação Florestan Fernandes, é o espaço direcionado às reuniões e encontros dos assentados, seja para discussões internas ou para visitas externas de técnicos agrícolas, representantes do INCRA e do MST. Os assentados informaram que durante muito tempo a associação representou papel importante para o desenvolvimento do assentamento, as visitas eram constantes e as reuniões ocorriam com frequência, principalmente aos sábados, mas após a saída da presidenta Dilma, todas as formas de apoio à Associação cessaram completamente.

As produções agrícolas do assentamento expressam sua identidade cultural, de modo que as culturas variam entre: macaxeira, feijão, milho, rama de batata, horta e banana, sendo esta última, pouco produzida no Florestan Fernandes, fato que diverge da grande maioria das áreas rurais do município de Pilões, que tem como principal fonte de renda a comercialização

da banana, cultura de substituição à cana-de-açúcar, um dos aspectos da reconversão produtiva⁵ nessa região (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013).

A produção da farinha é uma das atividades desenvolvidas pelos assentados e assentadas, neste trabalho, as mulheres se organizam na raspagem da mandioca e os homens se responsabilizam pela produção da farinha (moagem, prensa e cozimento (Figuras 11 e 12):



Figura 10: Mulheres trabalhando na raspagem da mandioca. PA Florestan Fernandes. Pilões/PB.

Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, outubro/2017.



Figura 11: Mandioca para produção de farinha. PA Florestan Fernandes. Pilões/PB.

Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, outubro/2017.

O trabalho de beneficiamento da mandioca é inteiramente coletivo, de modo que mesmo sendo a mandioca, produção de uma família, ao final, a farinha produzida é dividida entre todas as famílias envolvidas no trabalho da casa de farinha. Esta produção é mais do que a realização de um trabalho, mas sim a representação cultural de um momento de partilha e alegria entre os assentados do Florestan Fernandes.

Vale salientar que entre as famílias assentadas no Florestan Fernandes predomina além das produções agrícolas, a criação de gado, (Bovinos), galinha (Aves), e carneiros (Ovinos). Estamos diante de uma nova territorialidade camponesa “que expressa suas manifestações socioculturais por meio de elementos materiais e imateriais, promovendo uma metamorfose no espaço latifundiário” (CHELOTTI, 2010, p. 165). Estes camponeses reterritorializados expressam suas identidades territoriais a partir das novas relações de trabalho no campo.

Durante as pesquisas foram entrevistadas algumas assentadas, ex trabalhadoras do Engenho Poções, e no decorrer das conversas notou-se existir algumas divergências entre as

⁵ A reconversão produtiva no Brejo Paraibano pode ser analisada do ponto de vista da substituição de um agroecossistema por outro. “Ela remete, portanto, não apenas a uma mudança de tipo de produtos cultivados, de atividade econômica, mas a uma nova relação social e a uma nova relação homem-natureza. Há, portanto, uma nova forma de apropriação dos recursos naturais” (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA 2013, p. 333).

falas de duas assentadas: de um lado a opinião de uma delas ao exaltar as “benevolências” do antigo patrão; e em contrapartida, a indignação da outra pela forma precária em que se encontravam em seus últimos anos de engenho (Figura 13).



Figura 12: A história oral das camponesas do PA Florestan Fernandes. Pilões/PB.
Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, abril/2017.

Dona E.F.S.O. 64 anos, assentada, defendeu fervorosamente o antigo proprietário das terras, o senhor Pedro Bonifácio (genro do falecido dono, José Lins), em suas falas expressava o respeito pela pessoa do patrão: “- O patrão daqui era um ótimo patrão [...] os moradores que acabaram com o patrão, eu digo porque nasci e me criei aqui nas terras dele. Agora que os moradores de Poções acabaram com ele, acabaram”.

Em contra partida, Dona I.V.S, 61 anos, assentada, relata as dificuldades do trabalho no engenho, ressalta que seu marido (falecido), era trabalhador do engenho e exercia também a função de vaqueiro, uma vez que Pedro Bonifácio, além da produção canavieira, era criador de gados. Segundo ela, seu marido teve inúmeras dificuldades para se aposentar: “- Meu marido passou seis anos, lutando, lutando pra se aposentar”. Os relatos esclareceram que o dono do engenho não registrou legalmente os anos trabalhados por ele e isso implicou diversos problemas em sua aposentadoria.

Relatos como estes e tantos outros, de trabalhadores que não receberam sua carteira de trabalho e conseqüentemente não receberam suas contas após a falência dos engenhos e usinas da região; trabalhadores que carregam até os dias atuais as sequelas dos adoecimentos causados pelo trabalho na cana; trabalhadores que migraram para outras regiões para se livrar das ameaças e perseguições dos patrões, configuram um forte processo de precarização do trabalho e práticas análogas ao trabalho escravo e semiescravo (THOMAZ JUNIOR, 2005).

Estas mulheres batalhadoras relatam que trabalharam na cana desde os dez anos de idade, filhas e esposas de homens que também se submeteram à lógica contraditória e exploratória do capital agrário na região do brejo paraibano. Nesse contexto surge o seguinte diálogo: “- Comadre, ele pagava de vale, nós comia de vale! De vale!”. “- Mas tinha todo domingo o vale pra ter o que comer!”. Elas explicaram que o vale era uma espécie de “pagamento” pelo trabalho realizado no engenho. Em tempos de falência, os trabalhadores recebiam vales semanais, os quais eram trocados por alimentos comercializados no barracão⁶, cujo o proprietário do barracão era o próprio dono do engenho Poções (Figura 14):



Figura 13: Barracão onde eram trocados os vales. PA Florestan Fernandes. Pilões/PB. Arquivo do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e da Percepção, abril/2017.

Nesse embate de opiniões percebeu-se a questão identitária dessas assentadas: Dona E.F.S.O. estava plenamente satisfeita com o trabalho no engenho e sobretudo com a hierarquia entre patrão e empregado, a assentada, involuntariamente responsabiliza os trabalhadores pela falência das produções do patrão. Ocorreu uma inversão de valores, onde o patrão foi mais valorizado do que a classe trabalhadora, a qual a mesma pertencia. Por outro lado, Dona I.V.S, apontava as dificuldades e malfeitorias realizadas pelo antigo patrão, valorizando a classe trabalhadora e reconhecendo a luta e conquista da terra como melhor opção de desenvolvimento para as famílias submetidas ao trabalho no engenho.

⁶ “Barracão era o nome que se dava ao armazém do proprietário com os principais produtos de consumo vendidos aos trabalhadores a um alto custo, através de vales descontados em dias de trabalho” (PEREIRA, 2015, p. 487).

Dona S.C.O.S, 60 anos, assentada, sempre trabalhou na agricultura e na produção da cana, a mesma revelou que no antigo trabalho do engenho “- a mulher ganhava muito pouco, trabalhava para ajudar o marido”. Sua fala revelou o processo de desvalorização do trabalho feminino no campo, onde em meio ao modo de vida patriarcal, a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social (KERGOAT, 2009).

Diante desse histórico processo de luta de gênero e luta pela terra, Dona S.C.O.S, ressaltou a importância de ter um pedaço de terra para produzir e se desenvolver com sua família, seja a partir da agricultura, da criação de carneiros, mas principalmente pelo fato de não estar mais submetida ao trabalho do engenho. Esta mulher, trabalhadora e camponesa, representa atualmente o papel feminino na Associação Florestan Fernandes.

Nesta sistematização de ideias “a identidade constitui um termo polissêmico, estando relacionado tanto ao indivíduo no âmbito pessoal, como também à relação do indivíduo com a coletividade” (CHELOTTI, 2010, p. 171). Nesta perspectiva, notou-se que a grande maioria dos assentados desse território agrário identificam-se com o atual modo de produção e trabalho no campo, no entanto, alguns assentados ressaltam a importância de ter um patrão e de ser um trabalhador assalariado.

Neste território foram valorizadas as histórias orais dos assentados, antigos trabalhadores do engenho Poções, que expressaram a partir do resgate de suas lembranças as precárias condições de trabalho a que se submetiam no antigo território do capital agroindustrial. Para Thomaz Junior (2005), vale salientar que as formas precárias das relações de trabalho no campo assumiram com o passar do tempo diferentes modalidades, no entanto, o caráter exploratório permanece, edificando barreiras sociais e aniquilando as possibilidades de emancipação da classe-que-vive-do-trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal deste trabalho foi apresentar e analisar o processo de territorialização do Assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Pilões/PB, visto que, sua história de luta e conquista da terra está relacionada às atuações dos Movimentos Sociais dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fato que diverge dos demais assentamentos deste município.

Vale salientar que, os apontamentos sobre o processo histórico dos conflitos e conquista da terra, relações de trabalho e desenvolvimento no campo, foram de grande relevância no desenrolar desta pesquisa, uma vez que, o recorte territorial em questão foi palco de grandes mudanças nas relações de trabalho e dinâmicas territoriais.

Destacou-se nessa abordagem o contexto histórico das políticas de Reforma Agrária no Brasil, frente à necessidade de discutir como têm repercutido estas políticas, e de apresentar que diante do forte crescimento das reivindicações da classe camponesa e sem-terra no Brasil, seguimos com uma forte população demandante por terra, além de uma grande parcela de assentados que necessitam de uma política de Reforma Agrária que ultrapasse a distribuição de terras a qual se limitam os investimentos governamentais.

A explanação sobre a atuação dos movimentos sociais em meio às conquistas no campo brasileiro se fez necessária de modo a considerar os agentes sociais principais dessa questão, e de ressaltar que o pouco que temos avançado frente ao latifúndio, ao agronegócio e à reprodução contraditória e combinada do capital agrário, é resultado das lutas e reivindicações dos agentes sociais que conquistam a Reforma Agrária todos os dias a partir da luta pela terra.

No entanto, é necessário enfatizar que os tempos atuais se configuram em tempos difíceis para os camponeses, movimentos sociais e conseqüentemente para as conquistas no campo, uma vez que, a atual conjuntura política brasileira, têm atacado os direitos dos trabalhadores de modo geral, o que inclui os camponeses e trabalhadores rurais responsáveis pela produção alimentícia desse país.

Todos estes pontos foram interpretados nos territórios do Assentamento Florestan Fernandes, que como um produto da reterritorialização camponesa têm apresentado melhores formas de vivência e permanência no campo, por meio de suas formas de reprodução do trabalho ou pelo fato de poderem expressar suas identidades culturais e territoriais de desenvolvimento no campo.

As produções agrícolas do assentamento representam a liberdade de poderem expressar a partir de seus próprios modelos de desenvolvimento. Mas suas principais queixas estão relacionadas a forma como ocorre a comercialização dos produtos, uma vez que a grande maioria das famílias camponesas não possuem meios para transportar suas produções até a cidade, ficando impossibilitados de participar das feiras e comercializar a produção por um valor mais satisfatório.

Em meio aos problemas enfrentados para transportar as produções e comercializá-las nas feiras, esses camponeses encontram nos atravessadores⁷, a forma mais acessível para vender os produtos, ainda que saibam da desvalorização que ocorre nesse processo. Pois os atravessadores compram as produções por um preço muito baixo, deixando para os camponeses um lucro pouco ou nada significativo.

Um forte exemplo da resistência desses camponeses, frente ao descaso do governo, é a atuação de filhos de assentados, que têm se deslocado para o município de Bananeiras/PB, onde ingressam no curso técnico em agropecuária, ofertado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Estes jovens buscam a qualificação de uma formação necessária para que auxiliem seus pais, e de modo geral, as famílias do assentamento, no desenvolvimento de suas produções e criações. Compreendemos esse exemplo como um forte elemento da resistência camponesa, em tempos de poucas conquistas no campo, busca as melhores formas de se desenvolverem e permanecerem nos territórios da Reforma Agrária.

Todavia o território camponês depende de investimentos governamentais, políticas públicas e apoio técnico, para desenvolver e manter suas relações de trabalho no campo. Quando o governo desestrutura órgãos como o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)⁸, coloca em xeque as políticas públicas que deveriam atingir de forma positiva os assentamentos de Reforma Agrária.

Foi nessa perspectiva que esta pesquisa assumiu um papel pertinente frente à comunidade acadêmica e aos movimentos sociais de luta pela terra, além da importância de promover o debate sobre as políticas de Reforma Agrária e a construção territorial do Assentamento Florestan Fernandes, influenciando a pesquisa e o acesso às informações atualizadas no que tange a questão agrária do município de Pilões.

⁷ Os atravessadores são comerciantes livres que atuam como intermediários entre produtores e consumidores. Na agricultura, os trabalhadores que não possuem veículos para comercializar suas produções, se sujeitam a vender estes produtos por um preço baixo, aos atravessadores.

⁸A partir do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, vários ministérios foram desestruturados pela medida provisória de nº 726, de 12 de maio de 2016, entre estes esteve o Ministério do Desenvolvimento Agrário, um dos principais órgãos de capilaridade para os movimentos sociais do campo.

Destacou-se também a necessidade de compreender que estamos avançando muito pouco em relação à democratização do acesso à terra, e que a resistência deve prevalecer, sobretudo em tempos atuais, de retrocesso e desvalorização da classe trabalhadora, pois o poder, seja ele judicial ou do Estado, é em sua maioria, contrário à luta pela terra.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI**. AGRÁRIA, nº 1, p. 2-15, 2004.
- ALMEIDA, Denise Ribeiro de. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. **Revista Formadores: vivências e estudos**, Cachoeira/Ba, v. 7 n.1, p. 74-77, Jun. 2014.
- ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 1980.
- BALDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: território de visa, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p. 19-28.
- CAUME, David José. **A tessitura do “assentamento de reforma agrária”: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder**. 2002. 624f. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2002.
- CASSEL, Guilherme. Desenvolvimento rural no modelo econômico em construção. In: PIETÁ, Elói (Org.). **A nova política econômica [.] a sustentabilidade ambiental**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 57-66.
- CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 165-180, abr. 2010.
- COCA, Estevam Leopoldo de Freitas. Debatendo o conceito de Reforma Agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **Revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 170-197, ago. 2013.
- CORDEIRO, Georgina N. Kalife. **O Protagonismo dos Movimentos Sociais do Campo - o MST, e as tensões e conflitos no processo de conquista da cidadania pela educação**. In: I Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba. João Pessoa, 2011.
- COSTA, Luiz Fernandes da. *et al.* Democracia e desenvolvimento local em assentamentos rurais. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 11, n. 2 p. 161-169, jul./dez. 2010.
- DATA LUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**. *Relatório Dataluta Brasil – 2015*. Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera). Presidente Prudente, dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos.php>> Acesso em 20 de junho de 2017.
- FELICIANO, Carlos Alberto. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza (Orgs.). **Questão Agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 81-100.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Cultura Vozes**, v. 93, n.2, p. 1-9, 1999.

_____. **Enumerando a Reforma Agrária**. 2006. Disponível em <<http://www.mst.org.br/>> Acesso em 18 de julho de 2017.

_____. Questão Agrária. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (coordenadores). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006, v.1, p. 46-52.

_____. **Sobre a tipologia de territórios**. 2009. Disponível em:
<http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

_____. Reforma Agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente. In: MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes (Orgs). **A questão agrária no século xxi: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 153-179.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Vol. 2. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FIGUEIREDO, Gislayne Cristina; PINTO, José Marcelino de Resende. Acampamento e assentamento: Participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 562-571, 2014.

FONSECA, Helen Nunes Cosmo da; LIMA, Edvaldo Carlos de. **Espaço agrário paraibano no contexto dos movimentos de luta pela terra e reforma agrária: MST**. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

FUINI, Lucas Labigaline. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, n.1, p. 19-29. 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon, FERNANDES, Bernardo Mançano; Geografia da Conflitualidade no Campo Brasileiro. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.de; PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora UNESP; 2009.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. RESR, Piracicaba/SP, vol. 52, Supl. 1, p. 125-146, fev. de 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-84.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: **Criação e Modalidades de Assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: **O que é grilagem?** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/oquegrilagem>>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Dissidência e Fragmentação da luta pela terra na “Zona da cana” nordestina: o estado da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco**. 2011. 266f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2011.

MARIANO NETO, Belarmino *et al.* **Questão agrária e propriedade da terra na serra do espinho, Pilões/PB, entre os anos de 1995 a 2015**. Relatório final. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande/PB, 2017.

_____. **TERRITÓRIO(S) DE ESPERANÇA: da luta pela terra à vida na terra no Agreste da Paraíba**. Projeto de Pesquisa. Programa de Incentivo à Pós-Graduação e Pesquisa - Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande/PB, 2010.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Pronera possibilita escolarização, graduação e capacitação de assentados**. 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/search/node/PRONERA>>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard; MOREIRA, Emília. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 332-358, 2013.

MINAYIO, Cecília de Souza. Trabalho de Campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Editora Vozes. 2008. p. 61-77.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A AÇÃO TERRITORIAL DE UMA IGREJA RADICAL: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. 2008. 501f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes (Orgs). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

MOREIRA, Emília. **O Espaço paraibano enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: [s.n], 2011.

_____. TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o território: conceitos e modos de uso. In: MOREIRA, RUY. **A geografia do espaço-mundo: conflitos e superações no espaço do capital**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016. p. 211-121.

NOGUEIRA, Cândida Aparecida. **Função social da propriedade rural**. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1230/1172>> Acesso em 08 de novembro de 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo/SP, ano 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____. **Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo LULA**. In: XIII EGAL Encuentro de Geografos de América Latina, 2011, San Jose. Estabelecendo puentes en la geografia de Latinoamerica. San Jose: EGAL, 2011.

_____. Território de quem? **Revista Sem Terra**. São Paulo, v. 47, p. 17-31, ago/set de 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Políticas territoriais e questão agrária: da teoria à intervenção. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roselí Alves dos (Orgs). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. Expressão Popular. 2010. p. 107-129.

PEREIRA, Antonio Alberto. João Pedro Teixeira e as ligas camponesas paraibanas: desafios para a educação do campo. In: MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes (Orgs). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 487-501.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: territorialização e territorialidades da reforma agrária de mercado (1998-2006). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Vol. 2. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 247-278.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do Assentamento Nossa Senhora de Fátima**. 2012. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico, um híbrido. In: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 89-103.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O PRONAF E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: o desafio da (re)construção das políticas de apoio à agricultura familiar. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, Ano 14, nº. 23, v. 2, 2º semestre de 2012 p. 656-683.

SILVA, Luciana Henrique da. **A história contada: surgimento do MST na Paraíba**. Disponível em: <<http://historiadaparaiba.blogspot.com.br/2007/12/histria-contada-surgimento-do-mst-na.html>>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia M. Pessoa Pereira. **Reforma Agrária e assentamentos rurais: Perspectivas e desafios**. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406231456wpdm_Texto-REFORMA-AGR%C3%81RIA-E-ASSENTAMENTOS-RURAI-PERSPECTIVAS-E-DESAFIOS-.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho! (reflexões preliminares). **Revista Tamoios** (Impresso), v. I, p. 33-51, 2005.

TV BRASIL. **João Pedro Stedile: líder do MST é o entrevistado do Provocações**. Disponível em: <<http://tvbrasil.etc.com.br/provocacoes/episodio/joao-pedro-stedile-lider-do-mst-e-o-entrevistado-do-provocacoes>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2017.